

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB**

VERA REGINA BARBOSA DIAS MONTEIRO

**A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO: um lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de saberes.**

Rio de Janeiro

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB

VERA REGINA BARBOSA DIAS MONTEIRO

**A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO: um lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de
saberes.**

Defesa de dissertação como
requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Professora orientadora: **Dr^a ICLÉIA THIESEN**

Rio de Janeiro

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

M755 Monteiro, Vera Regina Barbosa Dias.

A Biblioteca do Instituto de Educação da Cidade do Rio de Janeiro: um lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de saberes / Vera Regina Barbosa Dias Monteiro. – 2017.

94 f.: il. ;30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Icléia Thiesen.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

1. Biblioteca do Instituto de Educação/ RJ. 2. Instituto de educação/RJ. 3. Manifesto dos Pioneiros. I. Thiesen, Icléia. II. Título.

VERA REGINA BARBOSA DIAS MONTEIRO

**A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO: um lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de
saberes.**

Rio de Janeiro, _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Icléia Thiesen – Orientadora

Profª Drª Maria Nélida Gonzáles de Gomez (UFF)

Prof. Drº Alberto Calil Junior (UNIRIO)

Profº Drª Geni Chaves Fernandes (Suplente, UNIRIO)

Profº Drª Maria Manuela Alves Maia (Suplente, MACKENZIE RIO)

Rio de Janeiro

2017

RESUMO

Esta pesquisa investiga o papel da Biblioteca do Instituto de Educação da cidade do Rio de Janeiro no processo de formação de professores na década de 1930. O objetivo do estudo é entender a influência da Reforma da Educação promovida por Fernando de Azevedo entre os anos de 1927-1930 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 sobre as aquisições para a composição do acervo da Biblioteca do IE. O recorte temporal inicia-se assim no final da década de 1920 com a Reforma da educação e termina na década de 1930 após a mudança de nomenclatura de Escola Normal para Instituto de Educação, de acordo com o Decreto nº 3810 de 19 de março de 1932 e, a nomeação de Manuel Bergström Lourenço Filho para diretor da Instituição. O referido período é marcado também pela apresentação de uma nova proposta curricular para a educação de professores. Nesse contexto, a pesquisa analisa o papel da Biblioteca do Instituto de Educação da cidade do Rio de Janeiro na formação das normalistas na década de 1930, procurando compreender esse espaço como lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de saberes. A metodologia utilizada nesta pesquisa consiste no levantamento e na análise de fontes primárias e também, de entrevistas realizadas a profissionais ligados ao acervo da Biblioteca estudada. Como o resultado, observa-se uma significativa influência dos ideais reformadores no acervo adquirido para a formação docente no referido período.

Palavras-chave: Biblioteca do Instituto de Educação. Instituto de Educação/RJ; Manifesto dos Pioneiros.

ABSTRACT

This research investigates the role of the Library of the Education of Institute of the city of Rio de Janeiro in the process of teacher training in the 1930. The purpose of the study is to understand the influence of the Education Reform promoted by Fernando de Azevedo between the years 1927 -1930 and the New Education Pioneers Manifesto of 1932 on the acquisitions for the composition of the collection in the IE Library. The temporal cut thus began in the late 1920s with the Education Reform and ends in the 1930s after the change of nomenclature from Normal School to Education Institute, according to Decree No. 3810 of March 19, 1932 and, the appointment of Manuel Bergström Lourenço Filho as director of the Institution. This period is also marked by the presentation of a new curricular proposal for the education of teachers. In this context, the research analyzes the role of the Library of the Institute of Education of the city of Rio de Janeiro in the formation of normalists in the 1930s, trying to understand this space as a place of teaching practices, reading and updating of knowledge. The methodology used in this research consists of the collection and analysis of primary sources and also of interviews conducted with professionals related to the collection of the Library studied. As a result, we can observe a significant influence of the reformist ideals in the acquired acquis for the teacher training in the mentioned period.

Key words: Library of the Education of Institute. Education of Institute / RJ; Manifesto of the Pioneers

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura curricular do IE - Matérias, tipo de bibliografia e quantidade de autores.	66
Quadro 2 - Quantidade de consultas ao Acervo da Biblioteca do IE - 1929-1933	72
Quadro 3 - Bibliografia das Matérias do Currículo do IE - 1932-1937 – Biologia Educacional	74
Quadro 4 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - Filosofia da Educação	74
Quadro 5 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – Psicologia Educacional	75
Quadro 6 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - Sociologia Educacional	76
Quadro 7 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – História da Educação	76
Quadro 8 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - Desenho e Artes Industriais	76
Quadro 9 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – Leitura e Linguagem	77
Quadro 10 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - Cálculo	78
Quadro 11 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – Estudos Sociais	79
Quadro 12 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - Ciências Naturais	80
Quadro 13 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – Música e Canto Orfeônico	81
Quadro 14 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – Educação Física, Recreação e jogos	82
Quadro 15 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – Literatura Infantil	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta do prédio do Instituto de Educação do Rio de Janeiro	26
Figura 2 - Normalistas na saída do Instituto de Educação do Rio de Janeiro	27
Figura 3 - Normalistas estudando na Biblioteca do Instituto de Educação	38
Figura 4 ofício Atualização do Acervo do Diretor	71
Figura 5- Alunas na Sala de Leitura da Biblioteca do IE - 1933.	85
Figura 6 - Ofício n. 253 encaminhado ao diretor Geral	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENC	Escola Normal da Corte
ENCF	Escola Normal da Capital Federal
ENDF	Escola Normal do Distrito Federal
IE	Instituto de Educação
IEGB	Instituto de Educação do Estado da Guanabara
IERJ	Instituto de Educação do Rio de Janeiro
ISERJ	Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
CEMI	Centro de Memória Institucional
CMEB	Centro de Memória da Educação Brasileira
FAETEC	Fundação de Apoio à Escola Técnica
UNESCO	Organização das Nações Unidas
CAPES	Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
UDF	Universidade do Distrito Federal
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
CFP	Curso de Formação de Professores
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PROMEMO	Projeto Memória
PPP	Projeto Político Pedagógico
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
2.1 OBJETIVO GERAL.....	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
4 DA ESCOLA NORMAL DA CORTE (ENC) AO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ).....	23
5 A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PANORAMA HISTÓRICO.....	31
5.1 O CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CMEB).....	40
6 A REFORMA DA EDUCAÇÃO E O MANIFESTO DOS PIONEIROS	48
6.1 CURRÍCULO DAS NORMALISTAS	58
6.2 UM ACERVO PARA A REFORMA.....	69
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto de estudo a Biblioteca centenária do Instituto de Educação - IE na cidade do Rio de Janeiro, instituição pública de formação de professores para o curso primário que se inicia em 1880 como Escola Normal da Corte – ENC. De acordo com o *Livro da Porta*¹ em sua inauguração a instituição atraiu 284 matriculados de ambos os sexos, um número considerável de inscritos que deram início, a partir daí, a um problema em relação à falta de espaço para principiarem suas atividades pedagógicas, uma vez que a Escola estava instalada em uma das salas do Externato Imperial Colégio Pedro II.

Enquanto a Instituição de Ensino não possuía um prédio próprio, passou por diversos locais e com ela certamente a Biblioteca também foi deslocada, acompanhando a “itinerância” da instituição, até finalmente ocupar o prédio construído com a finalidade de receber a Escola. Contudo para a Biblioteca essa ainda não foi a última mudança, tendo em vista que 18 anos após a ocupação de um espaço na sede própria, ela foi deslocada para o prédio anexo, Cecília Meireles, espaço esse que ocupa até os dias atuais.

Quanto às mudanças enfrentadas pela Instituição, elas foram além do que se refere ao espaço físico, ocorreram também de acordo com a evolução da história política do Brasil. Nessa perspectiva, a partir de sua criação em 1880, para ajustar-se às fases históricas a Escola foi recebendo novas denominações: ENC – Escola Normal da Corte (1880-1889); ENCF – Escola Normal da Capital Federal (1889 - 1892); ENDF – Escola Normal do Distrito Federal (1892-1932); IE – Instituto de Educação (1932- 1960); IEGB – Instituto de Educação do Estado da Guanabara (1960- 1975); IERJ – Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1975-1998); ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (após 1998). O acervo bibliográfico também foi influenciado e alterado com essas mudanças. Das fases mencionadas brevemente neste trabalho, o foco desta pesquisa está voltado para o período de 1932, quando a Instituição foi denominada IE- Instituto de Educação.

¹ Livro em que por meio de um responsável eram solicitadas matrículas para os alunos da Escola Normal da Corte. Este livro consta do acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira – CMEB/ISERJ, conforme será explicado na seção 4.

O interesse pelo tema surgiu logo que cheguei ao Centro de Memória da Educação Brasileira – CMEB/ISERJ, contratada para trabalhar como Bibliotecária. Percebi a quantidade de informação que estava concentrada naquele setor, que salvaguardava mais de cem anos de história de uma Instituição, em que materiais de diversos suportes dialogavam em torno de um único foco, a formação de professores.

Por meio do acesso a alguns documentos que atestavam, não só a existência, mas, sobretudo, a importância dessa Instituição, chegamos ao livro “Registro de aquisições da Biblioteca da Escola Normal 1893-1897”, que me despertou o interesse em questionar a relação dessas obras adquiridas, com a construção desse saber que estava sendo pensado, no sentido de ser reproduzido. Corroborando com esse questionamento, Jacob afirma que:

Cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização, através das quais o saber extraído dos livros é reelaborado, classificado e pronto para ser novamente mobilizado na escrita de novos textos, instrumentos de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo. (JACOB, 2008, p. 12).

Nesse sentido, questionamos até que ponto o livro de aquisição retrata parte da memória da Biblioteca? Os registros nele representados exerceram sobre o seu público apenas o poder estimulador e disseminador de conhecimento? A memória da Biblioteca pode ser configurada independentemente do conhecimento difundido por sua coleção ao longo de sua existência?

O recorte individual em que cada ator escolhe o que deve ser lembrando e o que deve ser esquecido é selecionado de acordo com o seu interesse. O pensamento registra, transforma e qualifica a importância do conteúdo na memória.

Jacob (2008, p.9) entende que a:

Biblioteca é lugar da memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico; é, também, teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento.

Nessa perspectiva, o objetivo principal da presente pesquisa é analisar o papel da Biblioteca do IE na formação das Normalistas na década de 1930. Momento de transição em que a ENDF é transformada em IE, fato este que ocorreu

na mudança para o prédio da Rua Mariz e Barros, 273 - Praça da Bandeira, Rio de Janeiro. Esta construção foi idealizada pelo educador Fernando Azevedo, quando atuou como diretor geral da Instrução Pública no Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro e criou a Reforma Educacional de 1927-1930, ocasionando diversas inovações no sistema educacional, tanto no que se refere à arquitetura das escolas, quanto na formação de professores.

Assim, procuraremos indicar a relevância desse acervo não apenas na formação das normalistas nesse recorte temporal, como também ressaltar a importância do mesmo como fonte de pesquisa para aqueles que estudam a História da Educação no Brasil. Foram realizadas entrevistas no sentido de respaldar a significância desse patrimônio salvaguardado pelo Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ.

No livro de Briquet de Lemos “*De Bibliotecas a Biblioteconomia: percurso*” (2015), o autor afirma que a capacidade de resiliência que a Biblioteca possui ao adaptar-se a mudanças políticas, sociais e tecnológicas, por si só já lhe delegaria uma importante função. Ele enfatiza que é possível ter uma visão mais adequada da função da Biblioteca, quando a encaramos através da perspectiva cultural, como guardiã da memória coletiva de um grupo social e, por extensão, da própria humanidade, e da perspectiva do serviço público voltado para o fornecimento de informação/conhecimentos necessários ao exercício de atividades profissionais, e de meios que estimulem a fruição do saber e o prazer da leitura.

A importância e a justificativa da pesquisa estão associadas à relevância histórica desse espaço-monumento que foi pensado em um momento de transição política do país e de uma Reforma na Educação. A formação do acervo da Biblioteca do Instituto de Educação, em parte, foi idealizada por alguns desses reformadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Manuel Bergström Lourenço Filho, que ao longo de suas gestões desenvolveram a coleção que hoje se encontra no Armazém da Biblioteca do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. O processo de formação do acervo que sucedeu a partir dos reformadores da educação foi baseado na expectativa de renovações no campo profissional do corpo docente e também como parte de um processo, cujo objetivo era a sua influência na organização da sociedade brasileira a partir da educação.

A respeito da formação desse acervo, Werneck (1936) menciona que a Biblioteca do Instituto de Educação em 1932 contava pouco mais de dois mil volumes, número que em 1936 totalizava cerca de nove mil obras cuidadosamente selecionadas e providas de catálogo analítico. Segundo o autor, esses dados foram baseados em mensagem do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Cônego Olympio de Mello, em maio de 1936.

A criação do Centro de Memória Institucional (CEMI), posteriormente renomeado Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), vem suscitando estudos e pesquisas sobre diferentes aspectos da Memória Institucional, dentro do qual a Biblioteca surge como interesse de diversos pesquisadores, considerando-se sua relevância incontestável na formação de professores, tema a ser tratado mais adiante na subseção cinco ponto um.

O acervo da Biblioteca do ISERJ atualmente ultrapassa o total de 30 mil volumes, incluindo obras raras, do final do século XVIII, um pequeno acervo de teses escritas como parte de concurso de seleção para professores da casa, entre elas a tese apresentada pela normalista, professora e poetisa Cecília Meireles, livros autografados, livros com dedicatórias, livros escritos por autores - professores do Instituto, periódicos institucionais e periódicos elaborados pelas normalistas.

No sentido de consolidar a pesquisa e trazer compreensão ao estudo, recorreremos a autores das áreas da História da Educação e das Bibliotecas, bem como a elementos constitutivos da Memória Institucional e Memória Coletiva das normalistas, tais como: Thiesen (1997, 1992, 2013) Nora (1993), Namer (1987) Lopes (2006,2014), Accácio (2011), Uekane (2015,2016), Santos (2012) Vidal (2001), Ranganathan (2009), Baratin; (e) Jacob (2008), Moraes (2006), dentre outros.

E ainda, dentre os autores que tratarão de memória nas suas diversas concepções, selecionamos Icléia Thiesen, Pierre Nora e Gérard Namer.

Por meio dos estudos de Thiesen (1997), analisaremos a memória no contexto institucional. Procuraremos através de sua obra compreender o Instituto de Educação como um lugar de saber- poder que, ao longo de sua existência, procura repensar o passado, aproveitando o suficiente para a sua manutenção como instituição propagadora e formadora de opinião.

Já com as leituras do historiador Pierre Nora (1993) e do sociólogo francês Gérard Namer (1997) buscaremos caracterizar a Biblioteca do Instituto de Educação e seus diversos suportes como elementos da memória coletiva, destacando-os como lugar de memória e práticas de leitura. Visando que a Biblioteca não apenas atue como um acúmulo de memórias eruditas, mas, sobretudo como um acúmulo de memórias culturais.

Para compreendermos como se desenvolveu a formação docente no âmbito do Instituto de Educação, dialogaremos com autoras como, Lopes (2006,2014), Accácio (2011), Santos (2012) Uekane (2015,2016), que têm realizado significativas pesquisas sobre a atuação da instituição ao longo desses 137 anos de existência.

Com o objetivo de retratar a importância do papel desempenhado pela Biblioteca na formação das futuras professoras recorreremos a Vidal (2001), Ranganathan (2009), Baratin; (e) Jacob (2008), Moraes (2006).

Julgamos que a abordagem desses teóricos corroborará para a comprovação da importância da Biblioteca no processo de formação das normalistas sob a perspectiva da Escola Nova. Esse movimento foi defendido por diversos intelectuais brasileiros e considerava que a reconstrução de métodos e processos de ensino solucionariam os problemas de desenvolvimento do Brasil. Na seção seis dessa pesquisa, abordaremos um pouco mais o tema Escola Nova.

Além da introdução, a dissertação está dividida em seis partes: na seção dois, são definidos os objetivos que pretendemos alcançar com a pesquisa; na seção três, são abordados os procedimentos metodológicos que possibilitarão atingir os objetivos propostos; na seção quatro, apresentamos um breve histórico dos 137 anos de existência da Instituição, destacando a sua importância na construção da educação brasileira; na seção cinco, procuraremos apresentar a Biblioteca, analisando registros que nos permitem entender sua importância desde o período de sua inauguração, bem como sua relação com a Escola Normal da Corte. Buscaremos entender a sua função nas diferentes fases vividas pelo Instituto de Educação, principalmente na elucidação de dados referentes à década de 30; na seção seis, analisaremos a Reforma da Educação de 1927-1930 e, como mencionamos no parágrafo anterior, abordaremos o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, procurando destacar suas influências no currículo e no acervo

voltado às normalistas, analisando a sua importância no que se refere às práticas de leitura desenvolvidas no âmbito do Instituto de Educação no recorte temporal definido. Nas considerações finais, avaliaremos até que ponto a Biblioteca do IE, além de formar uma cultura pedagógica², também pode ser entendida como lugar de memória, na visão da comunidade que forma o Instituto de Educação nesses 137 anos, bem como a corroboração da literatura especializada. Por fim, indicaremos em que medida o acervo da Biblioteca do Instituto de Educação contribuiu, na década de 30, para a formação das normalistas.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é analisar o papel da Biblioteca do Instituto de Educação da cidade do Rio de Janeiro na formação das normalistas na década de 1930, procurando compreender esse espaço como lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de saberes.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos, que possibilitam atingir o objetivo geral, são:

2.2.1 Identificar, através de fontes documentais existentes no Centro de Memória e na Biblioteca do ISERJ, bibliografias sugeridas como fonte para orientar a formação das normalistas.

2.2.2 Comparar o acervo da Biblioteca do Instituto de Educação com os conteúdos trabalhados nas disciplinas de formação de professores dentro do recorte temporal proposto.

2.2.3 Identificar na documentação arquivística dados que demonstrem como a aquisição desse material foi realizada e em que medida as normalistas

² Conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas coordenadas à finalidade que podem variar segundo a época (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10)

também influenciaram na sugestão de alguns dos títulos existentes e/ou utilizados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção tem por finalidade evidenciar os procedimentos metodológicos aplicados para a realização dos objetivos da pesquisa que tem caráter exploratório-qualitativo. Sobre as pesquisas exploratórias GIL afirma que ela: “São desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado.” (GIL, 2006, p. 27).

Diante disso, em primeiro lugar, realizamos um levantamento bibliográfico, através da análise de documentos primários relativos ao tema em foco visando sua maior compreensão. Na mesma perspectiva, foram realizadas entrevistas com profissionais que, em diferentes momentos, tiveram contato com o acervo da Biblioteca analisada; pois, assim como afirmam Boni e Quaresma (2005), acreditamos que, fazer contato com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis faz parte de um processo em que o pesquisador procura levantar dados para a sua investigação científica.

A pesquisa bibliográfica e documental resulta de investigação minuciosa no acervo da Biblioteca e do CMEB/ISERJ. Foi também realizado um levantamento no acervo de periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, nas Bases de Dados de Teses e Dissertações, entre outras instituições que no decorrer da pesquisa se fizeram necessárias.

Quanto ao procedimento para a coleta de dados, optamos pela entrevista, por ser este um modo flexível na obtenção de informações. E ainda, por considerarmos que ela pode contribuir no sentido de enriquecer alguns dados já alcançados e posteriormente, nos direcionar a novos rumos ainda não atingidos.

Corroborando com a finalidade desempenhada pela entrevista na pesquisa Quivy e Campenhoudt afirmam que:

As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo e, assim, completar as pistas de trabalhos sugeridas pelas suas leituras... As entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexo, ideias e hipóteses de trabalho, e não para explicar hipóteses preestabelecidas... (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p. 69).

Como objetivo de apurar a importância do patrimônio bibliográfico que constitui o acervo da Biblioteca do Instituto Educação da cidade do Rio de Janeiro, optamos por priorizar atores que de alguma maneira, tiveram contato direto com o acervo, bem como com pessoas que pudessem fornecer contatos de ex-alunos ou antigos profissionais da Biblioteca.

Realizamos o total de cinco entrevistas para a pesquisa. Porém, chegamos à conclusão de que a maioria dos entrevistados, por mais que tivessem conhecimento sobre o acervo do armazém da Biblioteca, não possuíam informações que fossem relevantes para consubstanciar o recorte temporal proposto à pesquisa referente a década de 1930. Assim, decidimos que trabalharíamos apenas com as entrevistas das professoras Heloísa Helena Meirelles dos Santos e Maria Helena Quelhas Tavares Pereira. Embora o contato das duas entrevistadas com o acervo tenha sido fora do recorte temporal definido para a pesquisa, suas falas acrescentaram informações relevantes sobre o acervo deixado pelos reformadores. Considerando a importância das entrevistas, estas serão disponibilizadas no Centro de Memória da Educação Brasileira para atender a outros pesquisadores interessados nos temas abordados pelas referidas entrevistadas.

Assim, as entrevistas destacadas seguem a seguinte ordenação:

- Heloísa Helena Meirelles dos Santos, criadora do Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, professora aposentada, com 65 anos na ocasião da entrevista. Foi para o ISERJ em 2000, transferida da Escola Técnica República. A importância dessa entrevista para a pesquisa está no fato dela ter sido a responsável por pensar um espaço em que o acervo que constitui a história das normalistas pudesse ganhar visibilidade dentro da Instituição.

- Maria Helena Quelhas Tavares Pereira, Mestre, 75 anos na ocasião da entrevista, foi aluna do Instituto de Educação, atuou como professora do Curso

Normal e da Pós-Graduação no ISERJ, atualmente está aposentada, porém trabalhando contratada como Agente Administrativa no ISERJ. Pensamos que, embora a professora Maria Helena tenha sido aluna no Instituto de Educação posteriormente à década definida, ela teve acesso a muitas das ideias dos reformadores construídas no ambiente institucional pesquisado.

O quadro a seguir contém o perfil dos entrevistados.

Quadro 1 - Perfil dos Entrevistados

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	PROFISSÃO	VÍNCULO COM ISERJ	PERÍODO	DATA DA ENTREVISTA
HELOISA H. MDOS SANTOS	65	DOUTORADO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	PEDAGOGA EM ESTÁGIO DE PÓS-DOUTORAMENTO	APOSENTADA	2000 -	29/06/2016
MARIA HELENA QUELHAS T. PEREIRA	75	MESTRE EM EDUCAÇÃO	PROFESSORA	CONTRATADA	1976 -	01/08/2016
LENORA GAMA	71	BIBLIOTECONOMIA	BIBLIOTECÁRIA	APOSENTADA	1995-1996 1997 -2015	07/07/2016
MARIA DA CONCEIÇÃO	62	PEDAGOGA	PROFESSORA	APOSENTADA		07/07/2016
VLADIMIR FALCÃO	53	MESTRE EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	AGENTE ADMINISTRATIVO	INSPETOR	2011-	18/07/2016

Fonte: A autora, 2016.

A partir de cada entrevista realizada procuramos através da imediata transcrição, captar, nas falas dos depoentes, indícios que corroborassem e/ou esclarecessem dados sobre a importância do acervo localizado no armazém da Biblioteca do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Compreendemos que a entrevista semiestruturada é a mais adequada para atingir o nosso objetivo, já que, segundo Boni; Quaresma (2005), ela possibilita delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo, a fim de que os objetivos sejam alcançados. E ainda, consideramos que as respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade em que eles se

encontram no momento da entrevista, possam trazer à tona questões não esperadas e relevantes para a temática pesquisada.

No que tange às perguntas elaboradas às entrevistadas, levamos em conta o fato de que o contato com o acervo da Biblioteca do Instituto de Educação do Rio de Janeiro por elas deu-se em momentos diferenciados e de maneiras distintas. O contato da professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos com o acervo da década de 1930 ocorreu de forma profissional; enquanto o contato da professora Maria Helena Quellas T. Pereira foi ainda quando era estudante da Instituição. Assim, percebemos que as abordagens às entrevistadas deveriam ser conduzidas de maneira diversificada.

Porém, formulamos algumas perguntas comuns às entrevistadas. Na parte introdutória, / levantar os dados pessoais e a formação profissional de cada uma delas. Já na segunda parte da entrevista, procuramos individualizar as perguntas de acordo com as funções exercidas, enquanto profissionais ligadas ao acervo bibliográfico do Instituto de Educação.

Os próximos quadros mostram as perguntas apresentadas às entrevistadas: o primeiro, à professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos, e o seguinte, à professora Maria Helena Quellas Tavares Pereira.

Quadro 2 - Perguntas Formuladas Segundo Objetivos

Perguntas	Objetivos
Nome, ano, cidade de nascimento. Residência, ocupação e trajetória profissional do entrevistado.	Registrar e formalizar a pesquisa; Estabelecer conexão da vida pessoal e profissional do entrevistado com suas vivências no Instituto de Educação.
Professora Heloisa em que momento a Senhora começou a trabalhar no ISEERJ? Qual foi a atividade inicial da Senhora na Instituição?	Tentar captar fatos que possam corroborar com a linha do tempo Iserjano.
A Senhora foi Normalista?	Buscar o sentido de memória afetiva o sentido de ser normalista.
O que despertou na senhora o interesse em criar um Centro de Memória?	Captar novas informações no sentido de enriquecer a pesquisa sobre a importância do acervo e da ação de preservar e divulgar a memória institucional.
Conte-me um pouco da história de criação do CEMI?	Ao retomar ao momento da criação é possível vir a tona memória que possam ser relevantes à pesquisa.
Antes da Senhora ocorreu algum outro movimento no sentido de salvar a memória institucional?	Permite ter uma ideia de quando na instituição percebe o valor da memória institucional.
Em seu ponto de vista quem se beneficia com a existência de um Centro de Memória Institucional?	Justificar a relevância da organização e da preservação, enfatizando a necessidade de divulgação do acervo.
Quanto ao acervo que faz parte dessa história institucional, a Senhora acredita que ainda tenha muitos documentos importantes que estão fora do Centro de memória, mas dentro da Instituição? Em sua opinião o que leva uma instituição ocultar parte de sua memória?	Chegar a possíveis documentos que por razões políticas ou outras, não estejam tão acessíveis; mas que possam enriquecer a pesquisa.
Dentre os documentos catalogados tem algum que despertou na Senhora uma maior emoção ao identifica-lo? Qual? Por quê?	Enriquecer a pesquisa a partir de novas fontes que possam surgir.
Dentre os documentos catalogados a Senhora poderia me relatar se teve acesso a algum que tratasse da formação do acervo no período que a Escola foi para o prédio da Mariz e Barros?	Permitir chegar a novas fontes sobre o objeto de estudo.
A Senhora se recorda de algum relato ou documento sobre o uso da Biblioteca na época do Instituto de Educação no prédio da Rua Mariz e Barros?	Chegar a novas fontes de pesquisa e quem sabe a novos entrevistados que tenham vivido o período do recorte da pesquisa.
Como a Senhora avalia o fato do acervo do Armazém da Biblioteca está sob a salvaguarda do Centro de Memória?	Pensar a questão da visibilidade que o acervo bibliográfico passa a receber.
Sabemos que manter um espaço como um Centro de Memória dentro de uma Instituição pública não é tarefa fácil e, que falta desde apoio entre os atores envolvidos no mesmo ambiente institucional, como e, sobretudo de verba para manter o espaço funcionando adequadamente; o que a senhora atribuiu essa falta de interesse? Acredita ser possível mudar esse quadro?	Espera-se abordar a questão da falta de um trabalho voltado a conscientização do valor do patrimônio bibliográfico e documental Iserjano e pensar efetivamente uma forma de abrir o Armazém para outros pesquisadores extramuros.

Perguntas	Objetivos
Nome, ano, cidade de nascimento. Residência, ocupação e trajetória profissional do entrevistado.	Registrar e formalizar a pesquisa Estabelecer conexão da vida pessoal e profissional do entrevistado com suas vivências no Instituto de Educação.
Professora Maria Helena poderia falar-me sobre quando ocorreu o seu primeiro contato com o Instituto de Educação?(Inclusive o ano que iniciou e concluiu o seu curso)	Verificar a proximidade do ingresso da Maria Helena aluna no IE, tentando verificar se ela vivenciou a influência dos Reformadores.
Professora, como era a estrutura do Curso Normal no período em que a senhora foi normalista? A senhora como normalista percebia a importância que existia com relação ao curso? Pode falar-me um pouco sobre essa experiência?	Entender se o legado deixado pelos reformadores era sentido em sua formação.
No período em que era aluna, teve aula com algum dos professores ilustres que passaram pela casa? Quais? Pode falar sobre essa experiência.	Verificar se algum dos professores do manifesto dos Pioneiros ainda fazia parte do quadro de professores do IE.
A Senhora afirmou em uma outra entrevista, que ia com bastante frequência a Biblioteca quando foi aluna do Instituto de Educação. Essas frequentes visitas ocorriam por exigência ou era por opção? Poderia falar-me sobre esses seus momentos na Biblioteca? A senhora se recorda como era a relação com esse espaço e com as pessoas que mediavam o acesso ao acervo? Seria possível citar alguns nomes que trabalhavam na Biblioteca nesse período e descrever como era esse espaço?	Entender a importância daquele espaço para a formação de professores.
Professora poderia falar um pouco sobre como surgiu o seu interesse com relação à leitura? Normalmente a sua opção de leitura ocorriam por exigência curricular ou também era comum apanhar livros na Biblioteca segundo seu interesse pessoal? Os livros que faziam parte do curriculum eram facilmente encontrados na Biblioteca? Poderia citar alguns autores cobrados como leitura obrigatória?	Saber como a Biblioteca era usada pela comunidade normalista.
A senhora saberia descrever qual foi a importância da Biblioteca do Instituto de Educação na sua formação?	Avaliar a importância da leitura na vida profissional do professor.
Além de aluna da Escola Normal, a Senhora também tem uma trajetória muito importante como profissional nessa Instituição. Poderia falar-me sobre quando ela começou e acrescentar como ela vem se desenvolvendo ao longo desse período?	Mostrar a importância que foi fazer parte de uma instituição como o IE.

Fonte: A Autora, 2016.

Analizamos as entrevistas, procurando traçar pontos de convergências entre as falas dos entrevistados, a literatura científica e a documentação primária, buscando assim, além de estabelecer uma maior confiabilidade dos dados apurados, expandir nossos horizontes no sentido de enriquecer ainda mais a proposta apresentada pela pesquisa.

A partir das entrevistas, identificamos a relevância de uma seção que abordasse o papel do Centro de Memória como setor de salvaguarda e

disseminação de toda a informação que compõe as diversas fases que a Instituição vivenciou.

Na próxima seção abordaremos a trajetória do Instituto de Educação, Instituição que funcionou em diversos endereços e recebeu algumas denominações, porém sem jamais abandonar a sua finalidade de formar profissionais voltados ao magistério.

4 DA ESCOLA NORMAL DA CORTE (ENC) AO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (ISERJ).

O surgimento da Escola Normal no Brasil ocorreu em meio às mudanças na sociedade no final do século XIX. Segundo Accácio (2011), fatores como o fim da escravatura e a introdução do trabalho assalariado, despertaram o olhar para uma educação voltada para a formação de professor de primeiras letras, visando à educação pública da população.

Conforme afirma Accácio (2011), nos períodos colonial e imperial no Brasil a educação era proferida nas casas-grandes e sobrados da burguesia por preceptores particulares religiosos ou leigos. A autora aponta ainda que, o povo estava afastado da escola pelo divórcio entre a realidade, a necessidade e as aspirações e o que a escola tinha a oferecer. Ela destaca que, após o afastamento dos jesuítas³, não mais foram construídos prédios para abrigarem as escolas de ensino primário.

Segundo Azevedo (1958), por não haver um plano da substituição das escolas jesuíticas por outras, durante 50 anos, após a expulsão destes do Brasil, todo o sistema cultural desmoronou-se. O que sucedeu após esse meio século de estagnação, foi um reflorescer no império, aliado a outro tipo de cultura mais liberal, ligado à ideia de formação profissional, sem se separar do seu velho conteúdo humanístico e eclesiástico, ao menos até a segunda metade do século XIX. Sobre essa questão, Azevedo afirma:

³O afastamento dos jesuítas ocorreu em 1759, quando o decreto de Marquês de Pombal dispersou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens. Foram fechados abruptamente os seus colégios, dos quais nada restou a não ser os seus edifícios, desmantelando completamente o aparelhamento de educação, montado e dirigido pelos jesuítas no território brasileiro. (AZEVEDO, 3,1958, p. 47).

Não houve a rigor, uma ruptura com a tradição, mas antes um fracionamento da “unidade de cultura” quando a de origem clerical, nutrida nos colégios dos jesuítas e em seminários, e refinada na Universidade de Coimbra, sucedeu como uma nova fase na evolução cultural, a de base profissional, alimentada em institutos, fragmentários e dispersos, orientados em sentidos diferentes, de acordo com as suas finalidades específicas. (AZEVEDO, 2, 1958 p.50)

Pelo Decreto nº 6.379, de 30 de novembro de 1876, foi promulgada no município da Corte a criação de duas Escolas para formação de professores de instrução primária. Uma para professores, que seria no modelo externato e outra para professoras, que seria no modelo internato. O objetivo precípua era o de oferecer educação gratuita para formação de professores. Pela leitura do Decreto é possível perceber que não havia apenas uma preocupação com a formação profissional do aluno, mas também com a formação moral e pessoal do indivíduo, pois as disciplinas compreendiam, desde instrução moral e religiosa a trabalhos de costuras, tecidos e bordados com agulhas, passando por noções gerais dos direitos e deveres do homem e do cidadão, e de economia social e doméstica. Além disso, havia matérias voltadas à capacitação do fazer pedagógico. Através do trecho a seguir, é possível perceber uma provável razão para o cuidado com a formação do indivíduo.

A história da educação brasileira está impregnada pela preocupação em compreender os desafios do Brasil, como se forma e transforma essa nação, qual o significado das diversidades regionais e culturais, as perspectivas da sociedade brasileira, as interpretações e diretrizes produzidas para a resolução dos problemas nacionais. A posição do Rio de Janeiro como tradicional centro administrativo acarreta a visibilidade da burocracia e do domínio do Estado sobre a região, mais política do que econômica, acumulando forças contraditórias da ordem e da desordem. (VICENTINI; LUGLI, 2009 apud ACCÁCIO, 2011).

Segundo Silveira (1954 *apud*, Accácio2011), de acordo com o panorama da educação, observa-se que havia uma grande carência no Rio de Janeiro, onde se localiza a corte imperial, de uma instituição pública de formação do professor de primeiras letras. Através do Decreto nº 7.084 de 06 de março de 1880, o Conselheiro Antônio da Costa Pinto e Silva fez instituir uma escola para capacitação de professores gratuita, oficializada e, inaugurada no mês seguinte pelo Imperador Pedro II. Sem prédio próprio, é instalada, inicialmente, em sala do Externato do Imperial Colégio de Pedro Segundo, sob a direção do professor Benjamim Constant

Botelho de Magalhães, que lhe imprime uma orientação positivista e possibilita o ingresso na instituição pública de alunos através de rigorosa seleção. A criação dessa escola objetiva a expansão do sistema educacional no Estado.

Segundo Uekane (2008, p. 5):

No momento da abertura da Escola, foi registrado um total de 282 matrículas. A grande quantidade de alunos matriculados acabou por evidenciar o problema do espaço para a realização das aulas, que funcionariam no Externato do Imperial Colégio de Pedro II, pois a instituição não possuía ainda um prédio próprio. O problema de espaço foi “solucionado” por meio da transferência da Escola para o edifício da Escola Politécnica⁴. O relatório do professor encarregado pela Congregação da Escola de narrar os “sucessos mais notáveis” do ano de 1880, afirma que o volumoso número de alunos se deu devido a importância da instituição na Capital do Império, pela falta sentida de tal estabelecimento e, por acreditar na tese da “criação tardia”, reforçando assim, a ideia da necessidade dessa estratégia de formação.

Dessa forma, de acordo com Accácio (2011), esse período inicial da Escola Normal da Corte podia ser caracterizado como um movimento no sentido de estabelecer uma especificidade na formação do professor, até então caracterizado como autodidata, bem como proporcionar à escola um espaço de funcionamento. Porém, a expansão nesse caminho sofreu restrições, embora os personagens envolvidos na administração pertencessem à camada social dirigente.

Em três de abril de 1889 ocorreu mais uma mudança de endereço da Escola Normal, e este local para onde ela foi levada abriga hoje a Escola de Formação do Professor Carioca - Paulo Freire⁵. E em novembro do mesmo ano, a Escola Normal deixa de ser chamada Escola Normal da Corte, para se tornar Escola Normal do Distrito Federal, estabelecendo a organização municipal do Distrito Federal, através da Lei 85, de 20 de setembro de 1892.⁶

Em 1914 ocorreu mais uma transferência, dessa vez para a Escola Estácio de Sá, que depois passou a ser chamada de Escola Pedro Varela.⁷ O referido espaço

⁴ A Escola Normal da Corte funcionou, no Externato do Imperial Colégio de Pedro II, de 05 de abril de 1880 até 07 de maio de 1880, quando começou na Escola Politécnica em 08 de maio de 1880, ficando lá até 02 de abril de 1889. (Fonte: Jornal Gazeta de Notícias de 06/04/1880 e 08/05/1880).

⁵ Ver Jornal Gazeta de Notícias de 03/04/1889, pág. 01.

⁶ A lei 85 de 20 de setembro de 1892 estabelece que toda administração que antes pertencia a Corte passa, a partir dessa data para a administração do Distrito Federal.

⁷ Escola que foi demolida para a construção da Estação do Metrô, no Largo do Estácio.

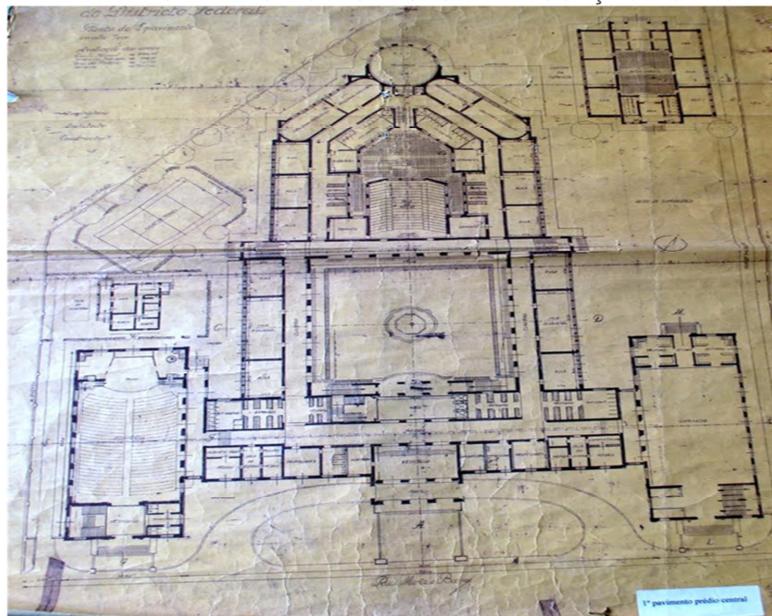
foi ocupado até a transferência para o prédio em que atualmente se encontra localizada em 38.768 m² (Trinta e oito mil setecentos e sessenta e oito metros quadrados) à Rua Mariz e Barros, o que ocorreu em 1930.

Azevedo (1930), em “A Escola Nova e a Reforma”, observa e justifica a necessidade de mais essa mudança, que segundo ele deverá ser ampliada à sociedade.

No propósito de dar à Escola uma consciência profunda da sua tarefa social e nacional e de aparelhar de meios necessários a sua realização dessa tarefa poderosamente educadora, tanto pela intensidade, como pela extensão de sua influência. Mas essa obra de educação cívica e social não depende apenas da renovação interior da escola na sua organização e nos seus métodos, com os objetivos de conformar o ensino com as crianças e as leis de seu desenvolvimento. A capacidade de repercussão da escola no meio social prende-se intimamente a organização de todo o Systema escolar e periescolar, com que se procurou não somente tornar mais eficazes os serviços técnicos e administrativos, tornando mais estreitas as suas relações de coordenação e subordinação, como também proporcionar à escola os meios necessários para dilatar até a sociedade o seu raio de ação (BOLETIM da Educação Pública, 1930, p.7).

Em 1927, foi realizado um concurso em que foi aprovado o anteprojeto dos arquitetos J. Cortez e A Bruhns para a construção do prédio da Escola Normal em estilo Neocolonial. Através da planta de criação da Escola Normal do Distrito Federal, já seria possível depreender o imponente projeto de construção pensado para abrigar a história da Educação no Rio de Janeiro.

FIGURA 1 - PLANTA DO PRÉDIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Arquivo CMEB, 19 --. CMEB/ISERJ.

A mudança da Escola Normal para o prédio construído com a finalidade de abrigá-la ocorreu em um período que o país também passava por um momento de transição política bastante conturbada: Getúlio Vargas assumia como chefe do Governo Provisório. De acordo com Silveira (1992), nesse momento a educação expressou os ajustamentos, as alianças e as lutas dos grupos em disputa, tornando-se assim, um elemento de luta hegemônica nesse período. A autora afirma que em meio a diversas posições conflitantes sobre educação, duas se sobrepunham, as dos educadores chamados renovadores, que se posicionavam a favor do industrialismo e da modernização do sistema educativo, via Escola Nova, e dos educadores católicos, que pregavam uma educação voltada para a oligarquia. A autora relata que após líderes religiosos conseguirem que a religião retornasse às escolas como disciplina, os liberais se uniram e redigiram o Manifesto dos Pioneiros - documento que será descrito na seção seis da pesquisa.

FIGURA 2 - NORMALISTAS NA SAÍDA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO



Fonte: Arquivo CMEB, 19---, CMEB/ISERJ.

A mudança para o prédio construído no intuito de abrigar a Escola Normal ocorreu em 1930, na gestão do professor Fernando de Azevedo, como Diretor da Instrução Pública. De acordo com Enéas (1998), a transferência ocorreu em

circunstâncias especiais, já que os revolucionários vitoriosos na Revolução de trinta⁸ pretendiam se instalar no prédio ainda desocupado. Segundo a autora, o acontecimento foi em 12 de outubro 1930 com alunos e professores ajudando no transporte das carteiras e outros materiais.

De acordo com Azevedo (1958), o isolamento intelectual que foi dominante no período Colonial e Imperial perdurou, embora de maneira mais discreta, até a década de 1920, período Republicano. A partir daí, o desenvolvimento da indústria e do comércio, o crescimento e a multiplicação dos centros urbanos e os progressos das comunicações começaram a favorecer os contatos que restituíam o indivíduo, como a consequência mais profunda de sua dependência da vida social, a sua “fertilidade” e os meios de expansão intelectual, que segundo o autor, se intensificaram ainda mais após a revolução de 1930.

É também nesse período pós-revolução que, segundo Azevedo (1958), ocorre o desenvolvimento nítido da indústria e do comércio do livro. As novas livrarias e Bibliotecas que se instalaram por toda parte mostravam o grande alcance dessa pequena revolução intelectual, na qual o científico e ao técnico, ao social e ao econômico passaram a ter uma importância ao menos equivalente à que se dava ao setor profissional, literário e político.

Em dezenove de março de 1932 é promulgado o Decreto nº 3.810 por Anísio Teixeira⁹, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, expedido pelo Senhor

⁸Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas... com objetivo de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes... Vargas assumiu o cargo de presidente em 3 de novembro do mesmo ano. O movimento foi considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.

⁹ Anísio Teixeira diplomou-se em ciências jurídicas e sociais no ano de 1922 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Exerceu a Inspeção Geral de Ensino na capital do país, retornou ao seu estado em 1923 a fim de exercer a carreira eclesiástica. Em 1924 tornou-se inspetor geral do ensino na Bahia e revelou-se um grande administrador. Em 1929 obteve dos Estados Unidos o título de máster of arts pelo Teachers' College da Universidade de Columbia. Em 1930 elaborou novos programas para as disciplinas das escolas primárias e fundamentais da Bahia e passou a lecionar filosofia da educação na Escola Nacional de Educação de Salvador. Em 1931 no Rio de Janeiro integrou-se a uma comissão do Ministério da Educação e da Saúde encarregada de estudar a reorganização do ensino secundário no país, sendo depois nomeado superintendente do Serviço de Inspeção dos Institutos de Ensino Secundário desse ministério. Em 1933 foi nomeado diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal. Em 1935 foi secretário-geral da Educação e Cultura da capital. Em 1946 tornou-se conselheiro de Educação superior da UNESCO. No ano seguinte ocupou a secretaria de Educação e Saúde do governo baiano de Otávio Mangabeira. Em 1951 torna-se secretário geral da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pouco tempo depois assumiu o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), acumulando as duas funções. Nesse

interventor Pedro Ernesto que transforma a Escola Normal em Instituto de Educação, um Centro de educação que era composto por uma pré-escola, uma escola primária, uma escola secundária e também a Escola de Professores, um curso com dois anos de duração, em nível superior, articulado com a Universidade do Distrito Federal-UDF, por Anísio Teixeira, também criada em 1935. (LOPES, 2006, p.27).

Segundo Cordeiro (2001, p.242):

Já naquela época a universalização pretendida pelos liberais não consistia na democratização da escola existente, em sua racionalidade, rigidez e parcialidade. Os ideais da universalização passaram a se alimentar dos pressupostos da convenção francesa, apontando para a luta por uma nova concepção de sociedade, sem privilégios de classe, de dinheiro, de herança, época em que a escola única ganhou importante significado. Para os liberais, o indivíduo poderia buscar na escola, e pela escola, a sua posição na vida social. Nesta perspectiva, os "dotes" inatos, devidamente desenvolvidos, determinariam a posição social, numa sociedade considerada moderna e realmente democrática.

Em quatro de abril de 1935, através do Decreto nº 5.513, o Instituto de Educação se torna sede da reitoria da Universidade do Distrito Federal (UDF), o que representa a transferência da formação de professora de nível secundário, para nível superior. O principal objetivo da nova Universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular (ERA, 2016). Os ideais de Anísio Teixeira, voltados para uma proposta mais autônoma, que privilegiava os anseios das camadas populares e das organizações trabalhadoras, encontrou resistência do Estado autoritário, que se configurava no Brasil naquele momento e, também contrariava o projeto acalentado no Ministério da Educação por Gustavo Capanema, de fortalecimento da Universidade do Brasil.(ERA,2016). Assim, de acordo com Lopes (2006), em 1939 a UDF foi totalmente desvinculada do Instituto de Educação.

Através do relato da professora Maria Helena Quelhas Tavares Pereira, que foi aluna da Instituição duas décadas depois da mudança para Instituto de Educação, é possível perceber, no período em que ela era aluna indícios que confirmam essa nova concepção de educação proposta pela Instituição a partir da década de 1930. Segundo a professora, a procura por vaga no Curso Ginásial no

Instituto de Educação do Rio de Janeiro era bastante numerosa. Muitos buscavam uma vaga em uma Instituição como o Instituto de Educação, que além de estar entre as melhores Escolas Públicas na ocasião, ainda trazia como diferencial garantia do emprego público ao término da Escola Normal. Assim, o concurso atraía também várias alunas oriundas de classes populares. De acordo com o relato de Maria Helena algumas delas eram filhas de porteiros de prédios da Zona Sul e moradoras de Comunidades sem condições de manterem-se na Instituição, porém recebiam o auxílio da Caixa Escolar. Com isso, a professora Maria Helena acredita que, ao contrário do que muitos afirmam, a elite que formava o Instituto de Educação não era uma elite econômica, e sim, uma elite intelectual.

Ainda segundo a entrevistada, as aulas eram dadas em salas ambientes, onde cada disciplina era ministrada em um espaço que oferecia aos alunos uma visão mais ampla dos pontos abordados. Ela relata que aulas como Geografia e História eram dadas em uma sala denominada “mapoteca”, onde o aluno podia através dos mapas, localizar fatos e lugares históricos.

Toda essa estrutura foi construída a partir dos ideais dos renovadores da educação, que acreditavam no poder transformador da educação pública de qualidade.

O Instituto de Educação perdurou até abril de 1960, quando passou a denominar-se Instituto de Educação da Guanabara/IEGB. Em 20 de novembro de 1965 o INEPAC decreta tombado no Livro de Tombo das Belas Artes da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Guanabara¹⁰ o prédio da Mariz e Barros, definindo-o como o edifício que melhor simbolizava o estilo neocolonial em voga nos decênios de 1920-1940.

No ano de 1975 a Instituição deixa de chamar-se Instituto de Educação da Guanabara e passa a ser denominado Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro – IERJ. Em 1997, através do Decreto nº 23.482 de 10 de setembro de 1997 o Instituto de Educação do Rio de Janeiro é transferido do âmbito da Secretaria do Estado de Educação para a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC. No ano seguinte sob o Decreto nº 24.338 de 03 de junho de

¹⁰Também tombado pelo Decreto nº 19.342, de 27 de dezembro de 2000, pelo Município do Rio de Janeiro.

1998, o IERJ recebe a denominação que perdura até aos dias atuais, Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ tornando-se o primeiro Curso Normal Superior Público do país.¹¹

Atualmente, além do Curso de Pedagogia, o ISERJ disponibiliza duas pós-graduações, uma em Educação Museal e outra em Ensino e Metodologia do Ensino de Ciências, ambas aguardando abertura de novos concursos. O ISERJ ainda oferece no mesmo Campus Creche, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial e Cursos Profissionalizantes.

Tendo em vista a importância dos espaços que medeiam o processo de ensino-aprendizagem no seio de uma instituição que procura atender todos os segmentos de conhecimento dentro de uma instituição de ensino, trataremos a seguir da Biblioteca e da Sala de Referência do CMEB/ISERJ.

5 A BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PANORAMA HISTÓRICO

Para tratarmos da Biblioteca escolar do I.E, é importante traçar um panorama das primeiras Bibliotecas escolares no Brasil. A gênese da Biblioteca escolar no Brasil coincide com a chegada dos jesuítas, que tinham a intenção de catequisar os índios que aqui encontraram.

Rubens Borba de Moraes, pioneiro da Biblioteconomia no país, em sua obra *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, segunda edição do ano de 2006, relatou a história do livro e das Bibliotecas na formação da nossa cultura. Dentre os tipos de Bibliotecas relatadas por ele, não poderia ficar excluído a que influenciou mais efetivamente na formação da cultura dita brasileira, a Biblioteca escolar.

Sobre as primeiras Bibliotecas escolares, Moraes (2006) aponta o papel fundamental da igreja católica representada pelos carmelitas e beneditinos, mas principalmente a dos padres da Companhia de Jesus, que logo após sua chegada abrem colégios na Bahia e em outras capitanias. Segundo o autor, devido ao número reduzido de livros, nas escolas jesuíticas os padres copiavam as cartilhas e solicitavam ao governador-geral que mandassem livros em quantidade suficiente. E

¹¹ Ver Parecer 258/1998 – CEE RJ.

assim, os livros chegam em diversos gêneros, não apenas para instrução dos meninos, mas também para a edificação e o aperfeiçoamento dos mestres. O autor afirma que no fim do século XVI, já havia em Salvador uma Biblioteca instalada em sala especial do colégio. Nas suas casas do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo o mesmo acontecia.

Corroborando com as colocações de Moraes, Fernando de Azevedo (1958), em seu livro *Cultura Brasileira*, discorre a respeito da contribuição no processo de formação intelectual do Brasil colônia, afirmando que a função da Companhia de Jesus vai além de difundir o evangelho e investir contra a prepotência e os abusos dos colonos, que assim como os índios também eram, em sua maioria, analfabetos. O empenho da Companhia de Jesus era tão grande, que com suas próprias mãos construíram colégios que ensinavam a ler e escrever. Azevedo (1958), citando Serafim Leite, afirma também que enquanto se estabelecia o colégio na Bahia, os jesuítas fundavam outros simultânea ou sucessivamente nas principais povoações portuguesas no Brasil. E é nesses colégios e nas casas de jesuítas que surgiram as primeiras Bibliotecas, que por um longo período foram os únicos focos de irradiação da cultura. A cultura no Brasil foi elaborada pela igreja, e ao longo da nossa história colonial foi tributária da religião.

Pode-se depreender, assim, que a história da formação cultural brasileira está atrelada à história da missão. Segundo Azevedo (1958), só não foi mais deficitária porque esses alunos formados nos colégios de padres se tornaram os elementos de urbanização e de universalização, num meio influenciado efetivamente pelos autocratas das casas-grandes (FREYRE apud AZEVEDO, 1958, p.19).

O Instituto de Educação tinha como finalidade disseminar e expandir saberes e em um determinado ponto de vista, também se instalou no sentido de catequisar um grupo social, as normalistas, não mais no sentido religioso da palavra, mesmo porque dentre os objetivos dessa nova educação, estava a criação de uma escola laica e livre. A Biblioteca desta instituição foi criada com o intuito de atender principalmente aos professores e alunos da Instituição e a sua origem coincide com a criação da Biblioteca da Escola Normal da Corte.

Como já foi mencionado anteriormente, o interesse em estudar a Biblioteca do Instituto foi despertado de forma efetiva, através de um dos poucos documentos que

retratam o período inicial desse espaço, o livro de “Registro de Aquisições da Biblioteca da Escola Normal do Distrito Federal - 1893-1897”. Chamou-nos atenção, ao folheá-lo, o cuidado em descrever os registros que eram adquiridos. De cada item descrito consta o título das obras, os nomes dos autores, a data de aquisição, o número de exemplares ou volumes, o preço e observações.

Ao buscar outros dados referentes ao espaço onde estavam organizados os primeiros exemplares que formaram esse acervo, nos deparamos com algumas informações e regras que deveriam pautar a rotina dessa Biblioteca no Decreto nº 10.060 de 13 de outubro de 1888, que dava novo Regulamento à Escola Normal. Dentre todas as determinações presentes nesse documento, há a que estabelece que na Escola Normal da Corte tivesse um ginásio, uma Biblioteca, um museu pedagógico, gabinetes de desenho e para o estudo das ciências físicas e naturais, e uma oficina para trabalhos manuais. Quanto à Biblioteca, de acordo com o Decreto, a Secretaria ficaria responsável pelo livro que deveria ser aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo Diretor. No livro deveriam ser registradas todas as obras que fossem retiradas da Biblioteca pelos professores e alunos. O documento oficial é tão minucioso que descreve até como esse livro deve ser redigido:

Este livro consistirá em um registro alfabético, por nome de autores, em que serão lançados: o nome do autor da obra, o título desta, a data e duração do empréstimo, a data da restituição, o valor dos livros emprestados e seu estado de boa ou má conservação, e, finalmente, o nome da pessoa a quem se fizer o empréstimo. (DECRETO 1888).

O Decreto ainda afirma que todos os livros da Biblioteca ficariam registrados em um livro de inventário geral, e a partir dele seriam retirados os registros referentes à Biblioteca para elaboração de um catálogo para, assim, realizar uma classificação metódica em todos eles. Entendemos que esse procedimento teria como finalidade patrimonializar e controlar os bens materiais. A partir desse catálogo também seriam separados os livros clássicos destinados à consulta e leitura dos alunos.

De acordo com o Decreto mencionado é possível inferir que as regras referentes ao espaço da Biblioteca, como por exemplo, quanto ao uso e a punição, cabiam ao diretor, o que permite considerar que o encarregado da Biblioteca estava

diretamente subordinado à direção e não possuía autonomia sobre a Biblioteca. O ganho salarial do encarregado de Biblioteca era o mesmo de um porteiro, 1200 Reis.

De acordo com relatos encontrados entre os documentos no Centro de Memória, o primeiro catálogo, cujo título é *Secção de Geografia e História*, organizado por Francisco Carlos da Silva Cabrita, diretor da Escola Normal na época, registrou 187 volumes. Tal dado nos permite concluir que no ano de 1896 a Biblioteca já existia em estado embrionário. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 19-- , p.1 - CMEB/ISERJ).

Já no ano seguinte, de acordo com o mesmo documento, o número de livros atingia o total de 1176, conforme relação feita pelos funcionários Joaquim Silvestre Ramalho ex-conservador, Belmiro Franklin Baptista, segundo oficial e o servente Antonio Pimenta da Silva Pinto, todos designados para o serviço da Biblioteca. Ainda assim, devido à falta de bibliotecário e a constante ocupação dos funcionários na Secretaria, a Biblioteca frequentemente estava fechada, sendo raramente consultada e, ainda assim, apenas pelos professores. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 19-- , p. 1 – CMEB/ISERJ).

De acordo com a evolução da pesquisa foram surgindo outros documentos além do livro de aquisição de 1893-1897, que possibilitaram encontrar novos rastros que indicavam a existência da Biblioteca desde o início da Escola Normal. Podemos afirmar que o *Livro de Vias da Corte de 1886-1890* é uma fonte bastante segura para trabalhar-se com essa hipótese, tendo em vista que nele estão relacionadas as Notas Fiscais da Escola Normal da Corte que nos permite conhecer os estabelecimentos com que a Escola se relacionava comercialmente e também os objetos que comprava para as atividades rotineiras nos seus primeiros anos de existência. Dentre esses objetos adquiridos constam livros que a Instituição mandara importar. Através dessas notas fiscais, Santos (2012) afirma que é possível concluir que a maioria dos livros usados na Escola Normal da Corte era importada da França através de lojas especializadas no Rio de Janeiro e em Paris. Acreditamos ser também relevante, para confirmar a existência desse espaço, o fato de haver entre as notas fiscais, uma que indica a compra de uma fechadura para a Biblioteca com data de 31 de março de 1886.

Destacando ainda os registros relativos à existência da Biblioteca antes da inauguração do prédio da Rua Mariz e Barros, no período em que a Instituição de Ensino era denominada Escola Normal do Distrito Federal, assinalamos o *Livro de Frequência e Consultas de 1929-1938*, que retrata em cada uma de suas páginas o movimento mensal na Biblioteca. Esse livro, além de apontar a movimentação da Biblioteca, traz uma particularidade ao final de suas páginas, que é a assinatura da senhora Margarida Castrioto Pereira Coutinho Villaça, antecedida da denominação Bibliotecária. Provavelmente foi nesse período que surgiu a figura do profissional na Instituição. Através desse levantamento feito diariamente, a bibliotecária realizava, no verso da página referente ao trimestre, a estatística apresentando o movimento do trimestre referido e, no final do ano, um balanço referente a todo ano citado. Todavia, no ano de 1930, o livro apresenta, além da estatística trimestral e anual, como vimos no ano anterior, também a estatística mensal. Outro fator que nos chamou a atenção foi que, ao chegar ao mês de outubro do ano especificado no lugar da estatística, o que observamos foi um aviso da bibliotecária dizendo, “Deixou de haver frequência por motivo de inquérito pedido”, o que se repetiu nos meses de novembro e dezembro. No balanço do final do ano de 1930, no espaço referente ao mês de setembro o que se lê é “Suspensa a frequência por ordem do diretor para efeitos de mudança.” Apenas na página referente a março de 1931 há uma nota se referindo ao Ofício de nº 108 de 23 de Março de 1931, dizendo que foi reaberta a Biblioteca. O livro de Frequência e Consulta também mostra que a Bibliotecária Margarida Castrioto Pereira Coutinho Villaça é substituída durante exatamente um ano, de maio de 1936 até maio de 1937, pela Bibliotecária Arylda Coelho Barbosa. (LIVRO de Frequência e Consulta 1929-1938).

Ainda com relação ao Livro de Frequência e consulta, muito embora em 1932 a Escola Normal tenha passado a Instituto de Educação, os registros de frequências e consultas da Biblioteca até julho de 1938 continuaram a ser feitos nas páginas do livro que tinham como cabeçalho “*Bibliotheca da Escola Normal*”, mas a partir de agosto 1938 começaram a ser anexadas nas folhas do livro ao mês correspondente, duas folhas avulsas constando o nome ‘*Biblioteca do Instituto de Educação*’. Podemos inferir que essa atitude esteja relacionada ao interesse em oficializar também para a Biblioteca a mudança do nome Institucional.

Ao inaugurar o prédio da Rua Mariz e Barros, a Biblioteca acabou sendo instalada em uma sala acanhada no segundo andar com oito grandes estantes, em que os livros não obedeciam a nenhuma ordem de assunto, além de não receber nenhum outro cuidado específico, eles permaneciam cobertos por pó e muitos deles ficavam fora das estantes em pilhas pelo chão. (BREVE histórico, 19--., p.1 CMEB/ISERJ).

Segundo Vidal (2001), a partir da nomeação de Fernando de Azevedo para a Direção-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em 1926 é que foram tomadas atitudes no sentido de valorizar a função da Biblioteca, visando o seu papel como cooperadora no processo de ensino-aprendizagem. Em 1928, no Decreto nº 3281, Azevedo (1928), declara que cada escola deverá manter duas Bibliotecas, uma para os alunos e outra para professores, que os acervos deveriam ser inventariados em livros distribuídos pela Diretoria Geral e que trimestralmente o responsável pela Biblioteca, normalmente um professor, auxiliado por alunos, deveria, elaborar uma estatística, preferivelmente da Biblioteca voltada aos alunos e entregar o mapa do movimento da Biblioteca à Diretoria. No Decreto consta ainda que, a formação do acervo ocorrerá mediante a aprovação pelo Conselho de Educação dos exemplares doados por autoridades e particulares e, que nenhum livro será incluído na Biblioteca sem antes ter passado pelo clivo do Diretor da Escola.

Quanto à Biblioteca da Escola Normal, Vidal (2001) afirma que ela somente ganha uma organização mais racional com a administração azevediana, que inclusive é quem regulamenta o cargo de bibliotecário para a Instituição.

Dentre as funções as quais estaria incumbido esse novo profissional na Instituição estão:

Cuidar da conservação dos livros; organizar o catálogo e revê-lo anualmente, de acordo com os processos mais modernos, ouvindo o diretor; apresentar mensalmente ao diretor um quadro do movimento da Biblioteca; manter ordem e asseio na Biblioteca e atender aos professores, alunos e demais pessoas a quem for franqueada a consulta a livros sob sua guarda. (DECRETO 2940, de 22/11/28 apud VIDAL, 2001, p. 58).

Ao pensar um novo perfil para a Biblioteca, pode-se deduzir que Fernando de Azevedo, além de pretender dar uma maior visibilidade ao espaço, demonstra a

necessidade de tornar o acervo parte colaborativo na formação das normalistas. Motivado em sistematizar a Biblioteca e de ver essa necessidade cumprida, ele propõe a criação do cargo de bibliotecário especialista, para organizar o acervo da escola de professores. Ao definir um profissional preparado, que ficasse diretamente ligado ao acervo específico para a formação das normalistas, Fernando de Azevedo corrobora com Ranganathan (2009), que afirma que qualquer que seja a localização, o horário, o mobiliário e a forma que são guardados os livros, é o pessoal da Biblioteca que, em última análise, constrói ou destrói a Biblioteca. Assim, ambos os autores atentaram para a importância da existência de um profissional conhecedor do acervo e de seus usuários reais, com o objetivo de que, assim, a Biblioteca cumpra a sua função.

Lemos (2015, p. 285) completa a função da Biblioteca:

Nem toda coleção de livros é uma Biblioteca, do mesmo modo que nem toda Biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma Biblioteca, no sentido de instituição social, são necessários três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, e uma comunidade de usuários, efetivos e potenciais, com necessidades de informações conhecidas ou pressupostas, e o local, e o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços a Biblioteca.

Demonstrando atenção às necessidades de seu público alvo, mesmo mantendo uma estatística relatada como deficitária em 1931, a bibliotecária através de relatório e ofícios comunicava aos diretores a necessidade de obter mais exemplares de títulos que estavam sendo muito procurados. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, 19-- , p.1- CMEB /ISERJ).

Através do Livro de *Ofícios do Diretor* (1932-1939), é possível identificar pedidos e, até mesmo cobranças de livros conforme lido no ofício 147 em que o Diretor Lourenço Filho faz referência a um ofício anterior, de número 139, em que ele cobra o pedido de alguns livros necessários à Escola de Professores. Com o passar do tempo, o acervo foi crescendo, recebendo livros exigidos pela moderna pedagogia em várias línguas adequadas às disciplinas, com o intuito de cumprir a sua finalidade precípua, atendendo ao seu leitor.

De acordo com registro encontrado no CMEB, a Biblioteca universitária do Instituto de Educação foi a primeira em frequência de consultas. (BREVE histórico da Biblioteca do Instituto de Educação, 19--., p. 1- CMEB/ISERJ).

Quanto ao espaço ocupado pela Biblioteca do Instituto de Educação ao longo desses 137 anos de existência da Escola de Formação de Professores, podemos depreender apenas que ela acompanhou a trajetória da Instituição, desde os primeiros anos de sua criação e que, ao chegar ao prédio definitivo da Rua Mariz e Barros, ficou 18 anos ocupando algumas salas, até que em 1948 foi transferida para o prédio anexo Cecília Meireles, onde permanece até hoje. Por essa razão, assim como a Escola, pode ser considerada uma Biblioteca “itinerante”. (O breve histórico da Biblioteca do Instituto de Educação 19—CMEB/ISERJ).

FIGURA 3 - NORMALISTAS ESTUDANDO NA BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



Fonte: Acervo CMEB, 19--., CMEB/ISERJ.

Nessa ocasião foi contratada uma bibliotecária para organizar o acervo e colocar a Biblioteca em moldes modernos. Assim, o acervo passa a ser classificado pelo Sistema Decimal de Dewey e ser disponibilizado através de sua localização em

catálogos, o que provoca uma maior dinamização nos serviços da Biblioteca, aumentando assim o número de usuários.

De acordo com a depoente Maria Helena Quelhas, que iniciou seus estudos no Instituto de Educação no início da década de 1950 no curso ginásio, o espaço da Biblioteca era bastante frequentado pelas alunas, principalmente quando havia tempo livre. Ela relata que havia na Biblioteca, em um espaço a parte, uma sala chamada de discoteca, que era uma espécie de miniteatro, onde ficavam ouvindo músicas. Recorda que um grupo de alunas combinava e ia ouvir música. A responsável pela sala, uma professora provavelmente da área de música, colocava ópera ou balé e explicava todo o enredo e a vida do autor. Através desta exposição, as alunas entendiam o que representava a história.

Segundo informação da professora Maria Helena, não havia exigência para que frequentassem a Biblioteca, porém ela gostava de frequentá-la e sentar-se nas cadeiras, que apesar de serem de madeira, eram muito confortáveis. Ela conta que ali lia tanto que acredita ter lido todo o acervo da Biblioteca.

Quanto aos funcionários que realizavam o atendimento na Biblioteca, ela diz que não se recorda de nomes ou fisionomia, mas lembra que os livros só podiam ser retirados das estantes para empréstimo através dos próprios funcionários. Acredita que a Biblioteca contribuiu bastante para exercitar o hábito da leitura, que segundo o seu ponto de vista, já era desenvolvido em sua casa e na sala de aula.

No ano de 1962, foi realizada uma nova obra de expansão, devido ao crescimento do acervo, com o objetivo de ligar três salas, depósito de livros catalogados e classificados e outras melhorias, objetivando melhor atender os usuários.

Em 1964, através do decreto “N” nº253 de 08/07/1964, modificado pelo Decreto “N” nº381 de 02 /04/1965, que reestruturou o Instituto de Educação, a Biblioteca passou a constituir a Seção de Documentação e Biblioteca.

As três salas anteriormente interligadas, atualmente realizam apoio à pesquisa diferenciada. A Biblioteca Cecília Meireles está voltada apenas aos alunos do Ensino Fundamental e Médio. Ela ocupa uma das salas que ocupava anteriormente. Nesse espaço está reunido o acervo mais recente, composto

basicamente por doações espontâneas e doação do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), DVDs, livros didáticos e obras de referência, além de computadores com acesso à internet, utilizados por seus funcionários e para pesquisas dos seus usuários. Há o armazém, sala onde está acondicionado o acervo que foi constituído ao longo da História da Instituição, cujo número aproxima-se o total de 37.041 volumes catalogados e classificados, que anteriormente fazia parte do acervo da Biblioteca Cecília Meireles, passou a salvaguarda do CMEB - Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), tendo em vista que esse acervo é de interesse do pesquisador voltado à história da Educação. A terceira sala está sendo organizada para tornar-se um espaço de exposição permanente dos objetos de memória.

Além desses espaços de pesquisa, o Pavilhão Cecília Meireles também possui a Sala Memória Pioneiros da Educação (sala de projeção de vídeos, reuniões, palestras e outros eventos com a finalidade de atender os diferentes segmentos do ISERJ), a Biblioteca do Ensino Superior Biblioteca Paulo Freire e a Sala de Referência do CMEB/ISERJ. O espaço conta ainda com um salão reservado à leitura dos alunos compreende o tamanho de 18m por 7,5m.

As Bibliotecas estão subordinadas ao Regimento das Bibliotecas do ISERJ 2006, que estabelece as regras de uso, finalidades e competências das mesmas. Dentre as regras, vigora a que restringe o acesso do acervo a funcionários do setor. (Regimento das Bibliotecas ISERJ, 2006, p. 3).

Sabendo que ao pesquisar o papel da Biblioteca na formação das normalistas na década de 1930, teremos obrigatoriamente que conhecer a importância que a Sala de Referência do CMEB/ISERJ exerce como espaço atuante no sentido material, simbólico e funcional (NORA, 1993, p. 1). Assim, abordaremos esse espaço de memória a seguir.

5.1 O CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (CMEB)

Qual a finalidade de criar um espaço para se preservar a memória de um grupo social? Segundo Nora (1993, p.13), os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea. A partir dessa visão do historiador, é possível depreender a necessidade de se criar um lugar em que ficassem reunidos objetos, fotografias e documentos que estivessem associados à formação da

identidade dessa comunidade específica de profissionais. Um lugar onde a memória vivida ou transmitida por seus atores pudessem ser estimuladas e preservadas através de cada detalhe ali cuidado. Entendendo que a criação desse ambiente torna-se imprescindível no caso de uma instituição que mantém-se ativa ao longo de sua existência centenária, o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro resguarda parte significativa dessa memória da educação brasileira.

Trata-se de uma Instituição que, ao longo de 137 anos dedicados à formação docente, não apenas acumulou acervo em diversos suportes, como também ao longo de sua caminhada perdeu muitos outros. Podemos inferir que o desejo de reunir em um mesmo espaço esses fragmentos talvez tenha sido a mola estimuladora para a criação do lugar de memória (NORA, 1993), denominado Centro de Memória.

A professora Heloisa Meirelles dos Santos conta em sua entrevista que, antes da criação do Centro de Memória, já havia instalado em uma das salas do ISERJ um projeto denominado “Promemo”, coordenado pela professora Sonia Lopes, que procurava recuperar a história dessa Instituição, buscando trazer à memória a importância do ISERJ no cenário pedagógico. Esse grupo de pesquisa mantém-se até hoje, porém com o objetivo apenas de apurar o que a Instituição era antes do Normal Superior.

Por sua vez, o texto¹² referente à criação do Centro de Memória indica que:

O ISERJ cria, a partir de 9 de dezembro de 2005, um espaço que passa a denominar-se Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (CEMI - ISERJ), onde se pretende reunir, preservar, catalogar e difundir o acervo institucional entre a comunidade intra e extramuros possibilitando: criar uma consciência do passado institucional e do uso de um espaço público preservado; facultar acesso a pesquisadores sobre a história da instituição e de uma grande parte da história da Educação Brasileira ali vivenciada... (CENTRO, 200-, p.2)

Através do relato oral da professora Heloisa com relação ao trabalho desenvolvido pelo “Promemo”, é viável observar que, de certa forma, essa primeira iniciativa pode ser vista como um possível embrião do movimento que objetiva reunir para recuperar e evidenciar a história dessa Instituição, que tanto tem contribuído para a formação de profissionais na área da Educação.

¹² Texto arquivado no CMEB em pastas de regulamentos.

Sabe-se que, antes da criação do Centro de Memória Institucional – CEMI, havia uma série de dificuldades em ter acesso ao material Institucional do ISERJ, pois os documentos, objetos, fotografias, livros e demais acervos que constituíam parte da memória institucional estavam espalhados por diversos compartimentos dentro e fora da Escola. (PROJETO Centro de Memória Institucional – CEMI do Instituto Superior de Educação Brasileira, 201- CMEB/ISERJ).

A professora Heloisa, através de seu relato pessoal, torna mais evidente a dificuldade em se ter acesso aos documentos salvaguardados no âmbito institucional. Ela descreve que atentou para esse problema ao sair em busca de documentos que a auxiliassem na construção do Projeto Político Pedagógico.

Assim, procurando executar a função que lhe foi dada pelo diretor da época, o professor Ubiratan Vianna, recorreu à Biblioteca da Instituição. De acordo com o seu relato, ao ser atendida pela funcionária, foi informada de que nada havia na Biblioteca sobre a história da Escola. Porém, Heloisa relata que chegou ao seu conhecimento que havia no acervo a Tese defendida pela professora Sonia Lopes, *Oficina de mestres: história, memória e silêncio, sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)*, (2006). Muito embora a tese tratasse de outro recorte temporal, a professora acreditou que através dela seria possível ter acesso a dados que pudessem levá-la a alguma informação relevante para a sua inserção no tema. Assim, a partir da pesquisa da professora Sonia, ela chegou a algumas referências que a auxiliaram nesse começo.

Ao término de sua experiência, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico, a professora diz que percebeu a necessidade de criar um lugar onde os pesquisadores, da Escola ou não, pudessem consultar os documentos e escrever sobre eles. Embora a ideia da professora fosse a de garantir a salvaguarda dos documentos, ela desejava ver a divulgação e o acesso facilitado ao público.

A partir dessa reflexão e mesmo sabendo que não seria tarefa fácil, a professora apresentou à direção geral um projeto sugerindo a criação de um espaço em que pudesse reunir, preservar e facultar o acesso aos documentos que supunha existir. Conta que a sua proposta impulsionou o diretor a encaminhar um ofício e uma Circular Interna para todos os segmentos e setores dentro do ISERJ,

solicitando que todos aqueles que tivessem documentos antigos, os mandassem para o Centro de Memória.

A proposta de criar-se um espaço em que pudesse reunir e sistematizar a organização de todo o acervo referente à memória institucional certamente facilitaria a democratização da informação entre os pesquisadores, conforme ratificado por Smith:

Diante da fragilidade, ou precariedade, da informação não registrada a humanidade desde a antiguidade formalizou a necessidade de estocar a informação registrada e disponibilizá-la para que esta pudesse ser utilizada pelas mais variadas categorias sociais: cidadãos, sábios, estudantes, poderosos, cientistas, gerentes, etc. Neste movimento nasceram instituições bastante variadas tais como Bibliotecas, museus, e arquivos e, mais tarde, os centros e sistemas de documentação ou informação. Mais tarde ainda, sintetizando traços desta variada gama de instituições, nasceram os centros de memória. (SMITH, 2012, p. 85-86)

Inaugura-se no dia 9 de dezembro de 2005, no ISERJ, o Centro de Memória Institucional – CEMI, no Torreão do edifício central, em presença de autoridades institucionais. O espaço espera cumprir o objetivo de transportar para o presente, fragmentos de um tempo, destacando os marcos, testemunhas de outras épocas. (NORA, 1993,).

O CEMI começa a receber acervo histórico institucional diversificado, que chega por mãos de funcionários dos diversos setores do ISERJ. Por vezes chegam através de atores que, por razões pessoais, querem manter viva essa memória ou ainda por mãos de alguém que descobriu em um espaço dentro da instituição, algo que julgasse interessante para estar ali.

O relevante em um centro de memória é essa capacidade que ele possui de reunir em um mesmo espaço suportes de informação pertencentes às três áreas irmãs, a museologia, a arquivística e a biblioteconomia/documentação, denominadas por SMIT (1993) como as 'três Marias'. Suportes diversificados e tratados de acordo com as suas particularidades, mas que entre si, podem dialogar, proporcionando ao pesquisador uma riqueza sem igual, isso sem mencionar o dinamismo que acarreta ao acervo.

Santos acrescenta ainda:

Este diálogo entre suportes é comum e necessário para fugir ao que Foucault (1994, p.148) chamou de *escrita disciplinar* porque se atem à moldura de seu suporte sem possibilidade de integrar-se com os demais artefatos e suportes existentes. O que no CEMI é facilitado pelo fato de documentos textuais estarem lado a lado com artefatos do Museu de Instrumentos e Equipamentos Escolares e do Museu de História Natural. (Santos 2012, p. 4)

Percebendo a capacidade que a internet possui de chegar a um número infinito de pessoas, o CEMI disponibilizou um *site*¹³ e um *blog*¹⁴ para além de disseminar informação existente no Centro de Memória, alcançar também àqueles que, de alguma maneira, tivessem participado dessa memória institucional e quisessem colaborar com doações, digitalizadas ou não, o fizessem, tendo em vista enriquecer ainda mais o acervo. (PROJETO Centro de Memória Institucional – CEMI do Instituto Superior de Educação Brasileira, 201-, p. 4).

Todo esse trabalho desenvolvido sob a coordenação da professora Heloisa no Centro de memória vem dialogar com a ideia central do livro Memória coletiva de Halbwachs (1997), que aborda o fato de que a memória individual é construída em consonância com a memória de um grupo social. Trata-se de entender que para a memória individual permanecer, ela precisa de confirmações e de apoio de um grupo social, pois é esse grupo que vai determinar o que deve ser avaliado como fato que deve ser lembrado. O trabalho de reunir documentos que representem os diversos momentos vividos ao longo desses 137 anos de formação de professores possibilita trazer para o presente a memória vivida por esse grupo social, assim como a confirmação de uma identidade hoje iserjiana.

Através de um texto disponível no Centro de Memória, é possível ter um panorama do acervo sob a responsabilidade do CEMI e através dele percebemos um diálogo com Nora (1993, p. 16) quando ele fala sobre o arquivo:

O arquivo muda de sentido e de “status” simplesmente por seu peso. Ele não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida. Ele dubla o vivido, que se desenvolve, muitas vezes em função de seu próprio registro – as atualidades são feitas de outra coisa? De uma memória secundária, de uma memória prótese. A produção.

¹³ O *site* era www.cemiiserj.oi.com.br, ele ficou inativo a partir de 2009, por falta de profissional que o mantivesse atualizado.

¹⁴ O *blog* é www.cemiiserj.blogstop.com

O Regulamento CEMI/ISERJ (2007) afirma que o CEMI é um arquivo público gestor de documentos escolares de valor histórico do ISERJ e que é competência do Centro de Memória a guarda e gestão do acervo documental, sob qualquer suporte, além de caber ao CEMI facilitar o acesso de pesquisadores a toda e qualquer documentação referente à história Institucional intra e extramuros.

Mediante a cópia do Projeto CEMI/FAPERJ, arquivado no centro de memória é possível identificar o acervo, em diversos suportes, que compuseram o CEMI no primeiro momento de formação.

São estes os documentos escritos: a vida escolar dos alunos de diferentes épocas em fichas escolares; trabalhos escolares, boletins, etc.; vida funcional de professores e funcionários de diferentes épocas, em fichas com fotos (dentre elas professores da UDF); Legislação educacional específica do 2º Império/Direção de Instrução Pública, do Distrito Federal/ Direção de Instrução Pública/República, do Estado da Guanabara/ Secretaria de Estado de Educação/CEE, CNE, do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Estado de Educação/CEE/ Secretaria de Ciência e Tecnologia/ FAETEC; Bancas Examinadoras da Universidade do Distrito Federal (Atas diversas de bancas de Portinari, Gilberto Freire, entre outros); trabalhos de alunos e professores da instituição em diferentes épocas; livro de Ponto (Funcional) do século XX (Instituto de Educação do Distrito Federal e da Universidade do Distrito Federal); livros de Entrada e disposição de espaços na instituição em diferentes épocas; documentos de requisição (requerimentos, ofícios, memorando, etc.) de diferentes épocas; relação de funcionários, professores e alunos a partir de 1890; documentos de pagamentos realizados; relatórios, livros e periódicos elaborados pelos alunos e professores da instituição ao longo dos anos; folders comemorativos da instituição ou sobre a instituição; solicitações de equipamentos, relatórios de acervos específicos das salas temáticas, etc.; manuscrito do Hino do Instituto de Educação (pelo autor) de 1947 e mais documentos sendo reunidos e catalogados.

Os referentes a fotos de diferentes épocas, especialmente a partir de 1930: atividades/eventos realizados; diretores da Instituição (incluindo os retratos do Salão Nobre); professores pertencentes à congregação; alunos; formaturas (fotos individuais de normalistas e dos professores homenageados); professores da instituição e do prédio (fachadas, salas-ambiente).

Quantos aos objetos: placas comemorativas, medalhas, símbolos; Hermas/Bustos; estátuas, telhas de corujas no pátio interno da Instituição; reproduções de obras famosas; mobiliário; magnetoscópio; projetores de cinema e de TV Educativa; vidrarias de laboratório; experiências do laboratório de química e física locadas nos laboratórios desde a década de 1930; piano de e sem cauda com teclas de marfim, cristais diversos; pratarias diversas; estátuas e estatuetas; vasos em mármore, pedestais; animais empalhados locados no Museu; minerais diversos locados no Museu; relógio do pátio interno.

Refere-se também a peças, como material dentário utilizado no Serviço de Odontologia e material médico ambos das décadas de 1960/1970; além de quadros, luminárias instrumentos musicais; fitas de vídeo e filmes.

A criação desse espaço de memória sem dúvida contribuiu e tem contribuído muito para que a memória do ISERJ se mantenha viva, e, além disso, permitiu que essa memória ultrapassasse os limites dos muros da Instituição, atingindo até mesmo outros países. E ainda, possibilitou, através do acervo documental e fotográfico, trazer à tona características de muitos servidores, que certamente colaboraram para a construção dessa memória Institucional.

Atualmente a Sala de Referência possui contabilizado um patrimônio documental, suporte papel, de cunho arquivístico em torno de 130 mil documentos avulsos acondicionados em pastas amarelas, arquivados através do critério de temporalidade e temas, separados por assuntos normalmente apresentados nos próprios documentos. Os temas identificados até o momento são: Histórico, Legislação, Documento Pessoal, Eventos, Pedagógico, Aluno, Professor, Prédio, Jornal, Listagem, Modelos, Nomes Ilustres, Normas, Papel em Movimento, Turma e Serviço Médico.

Embora as técnicas adotadas para armazenar os documentos não correspondam às indicadas pelos manuais arquivísticos, elas correspondem às expectativas do Centro de Memória, que é a de oferecer informações, para que estas possam transportar para o presente a memória institucional de 137 anos.

Tendo em vista a relevância que o acervo documental representa para retratar parte considerável de toda a ação gerada no âmbito administrativo da Instituição, foi necessário, para além de organizar e disponibilizar esse acervo,

pensar também uma ação que procurasse resguardar esses registros para que eles não se perdessem com a ação humana ou mesmo segundo as condições precárias de acondicionamento a que eles são sujeitos. Sendo assim, iniciou-se um trabalho de fotografar os documentos, tendo em vista o fator raridade e condição precária dos mesmos. As imagens desses documentos ficam todas armazenadas em HDs Externos, que passam a ser fontes consultadas e reproduzidas, de acordo com o interesse do pesquisador. Assim, é possível salvaguardar o arquivo documental e minimizar os riscos a que eles estão sujeitos.

Embora o destaque do acervo esteja no documento suporte papel arquivístico, ações vêm sendo desenvolvidas no sentido de reunir, catalogar, difundir e preservar todos os demais suportes documentais, independente de sua forma física.

Um exemplo bastante recente é o olhar que vem sendo direcionado ao acervo bibliográfico do armazém, formado por mais de 30 mil obras catalogadas que correspondem ao processo de seleção do acervo, referentes às diversas épocas que a Instituição dedicou-se à formação de professores, desde sua criação, até o final do século XX. É um acervo antigo e com uma grande diversidade de assuntos, que trás na sua formação inúmeras memórias relacionadas à forma de aquisição, ao interesse dos títulos no acervo, ao uso feito dos títulos, entre tantos outros. Através dos catálogos, o pesquisador tem acesso ao acervo formado em meio a todas essas mudanças e interesses, muitos desses livros estão também registrados nos *livros de tombos*, e ainda é possível encontrá-los nos *Ofícios dos Diretores*, detalhando ainda mais a chegada desses títulos na Instituição.

Namer (1987), ao falar sobre a unificação das memórias realizada pela Biblioteca, afirma:

Esta unificação teve lugar, primeiramente, nos fichários, catálogos, classificações; teve lugar, em seguida, pelas obrigações sociais de memória cultural e erudita que suscita a sociedade global em que a Biblioteca é um instrumento permanente. É nesse contexto que a Biblioteca organiza um encontro possível entre a totalização das memórias coletivas em uma memória social virtual fechada/guardada nos livros e a obrigação ou necessidade social de atualizar essa memória que leva os leitores a demandar os livros. (NAMER, 1987, p.2)¹⁵

¹⁵ Tradução livre de Icléia Thiesen, em 13 de setembro de 2015.

O que se pode depreender da organização do armazém através dos catálogos, dos livros de registros das obras que davam entradas no acervo e de outros instrumentos denominados por Namer (1987, p. 7) como instrumentos de unificação das memórias coletivas culturais e eruditas, é que a construção desse acervo voltado à formação profissional e intelectual de um grupo específico de professores reflete a memória coletiva desse grupo de normalistas formadas no âmbito dessa instituição.

O acervo bibliográfico transferido aos cuidados da sala de referência CMEB/ISERJ precisou de alguma forma, sair do quase anonimato ao qual havia sido imposto, já que estava fechado em uma sala que poucos tinham conhecimento de sua existência. Com isso, uma das providências tomadas pela coordenadora atual, Marlúcia Neri Stefansen foi trazer o catálogo desse acervo para um lugar visível ao pesquisador, para que ele possa desempenhar o papel de quadro social da memória e do conhecimento (Namer, 1987), o que significa abrir os olhos do pesquisador para um acervo que é certamente uma valiosa fonte de consulta sobre a história da educação brasileira.

A finalidade do Centro de Memória é permitir que cada material que conserve em seu escopo traços de memória institucional, esteja acessível a todos os pesquisadores ou à própria comunidade iserjiana que desejar saber um pouco mais das mudanças ocorridas ao longo desses 137 anos de dedicação ao magistério.

Na próxima seção veremos que parte significativa desse acervo salvaguardado pelo Centro de Memória está associada ao ideal de uma educação renovada, relacionado à proposta de Reforma da Educação e da Educação Nova, defendidas pelos reformadores.

6 A REFORMA DA EDUCAÇÃO E O MANIFESTO DOS PIONEIROS

Para analisar a importância da Biblioteca do Instituto de Educação do Rio de Janeiro dentro do recorte temporal da década de 1930, é necessário explorar os movimentos que marcaram o período na área da educação. Nesse sentido pesquisamos no campo da história da educação movimentos voltados à renovação da Educação, liderados por intelectuais, alguns deles ligados ao I.E, dentro do referido período.

Sabemos que a década de 1930 foi uma época de significativas transformações no contexto político e educacional no Brasil. No campo político, como já foi abordado anteriormente, houve a Revolução que trouxe Getúlio Vargas ao poder e, no campo educacional, foi um momento em que além da busca em ajustar-se às determinações da Reforma da Educação de 1928, ocorreram outros acontecimentos importantes na busca de instituir uma nova educação.

Os movimentos de transformações refletiam a busca de ideais para o processo de reconstrução nacional no país. A década de 1930 ficou caracterizada na nossa história como um período inovador, conforme podemos ver em Andreotti:

A década de 1930 é reconhecida como o marco referencial da modernidade na história do Brasil, modernidade entendida como o processo de industrialização e urbanização, contemplada por inúmeros estudos que destacam esse período pelas mudanças que inaugurou e pelos movimentos políticos que protagonizou. (ANDREOTTI, 2006, p. 103-104).

Entendemos que o processo de inovação educacional no Brasil, nesse período, tenha sido impulsionado, em parte, por essa onda de desenvolvimento que ocorria em todo o mundo; mas não podemos deixar de apontar que havia também o interesse em obter o controle político entre esses intelectuais envolvidos nos movimentos de renovações na educação.

Como mencionamos no início desta seção, a Reforma da Educação do Rio de Janeiro teve seu início no final da década de 1920, precisamente entre 1927 - 1930, porém devido a sua complexidade, precisou ser ajustada ao sistema educacional vigente no decorrer da década de 1930. Ela foi elaborada e liderada pelo educador Fernando de Azevedo, quando ele atuava como diretor geral de instrução pública, nomeado pelo então prefeito Dr. Antonio Prado Júnior.

O Projeto Geral da Reforma do Ensino do Distrito Federal, ao ser apresentado ao prefeito Dr. Antonio Prado Júnior, ganhou a sua aprovação e a sua defesa diante dos que representavam dificuldades em aceitá-lo na íntegra. Segundo o prefeito, o projeto constituía uma obra boa e era indispensável que seguisse adiante, sem atritos, nem retaliações ou acréscimos, que poderiam ser prejudiciais para a sua harmonia e integridade. (BOLETIM de Educação Pública, jul-set/1930).

De acordo com Azevedo (1930), a inspiração para realizar a nova Reforma surgiu da finalidade de direcionar a escola para a construção de uma consciência profunda de sua tarefa social e nacional. Para ele, isso só seria possível a partir de suportes, tais como a renovação interior da escola e a organização de todo sistema escolar e periescolar, para que o raio de ação da escola chegasse à sociedade, até então afastada do sistema educacional. Assim, o diretor de instrução pública previu maior visibilidade na atuação do professor no novo sistema educacional, o que demandaria um maior investimento na formação do profissional da educação, no sentido de melhor prepará-lo, intensificando a sua cultura geral e aperfeiçoamento profissional, além de despertá-lo para desempenhar atividades em conjunto, unindo esforços em prol do sucesso da tarefa educadora da Reforma.

Nesse sentido, a Reforma da educação de 1928 retrata o ideal de uma Escola Nova onde o professorando, além de despertar no alunato o sentimento de valorização e respeito ao outro, consiga também ultrapassar os limites das salas de aulas, tornando-se uma “força preponderante na obra social”.

De acordo com Azevedo (1930), esse novo espírito demanda a promoção de novos programas em que haja clareza sobre a Reforma. É necessário que haja um espírito dinâmico, pedagógico e social e que, absorvido da essência das disciplinas modernas, a sua inspiração e a sua força, não fiquem dominados nem ao exclusivismo dos sistemas, nem às incertezas das experiências. Retomaremos os novos programas na subseção 6.1.

Dentre as influências seguidas por Azevedo (1930), para elaboração da Reforma, o autor afirma ter bebido em fontes como Dewey¹⁶, Decroly,¹⁷

¹⁶ John Dewey filósofo e professor Norte Americano, 1859-1952. Seu interesse por pedagogia nasceu da observação de que a escola de seu tempo continuava, em grande parte, orientada por valores tradicionais, e não havia incorporado as descobertas da psicologia, nem acompanhara os avanços políticos e sociais. <http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/john-dewey-307892.shtml> 25/02/2017

¹⁷ Ovide Decroly nasceu em 23 de Julho de 1871, estudou neurologia na Bélgica e na Alemanha e sempre voltou sua atenção para as crianças deficientes mentais e esse interesse o levou a fazer a transição da medicina para a educação. Como educador criou uma disciplina chamada “pedotecnia”, dirigida ao estudo das atividades pedagógicas coordenadas ao conhecimento da evolução física e mental dos pequenos. Fundou em 1907 uma escola, a École de L’ermitage, em Bruxelas para crianças consideradas “normais” que serviu de espaço de experimentação para o estudioso. (http://www.pedagogia.com.br/biografia/ovide_decroly.php) 25/02/17)

Kerschensteiner¹⁸ e Lunascharsky¹⁹, para que a nova concepção pedagógica fosse criada e enriquecida.

Quanto aos ideais da nova Reforma, Azevedo (1930) enfatiza que ela tem como princípio o ideal de uma escola única, uma escola do trabalho e uma escola de comunidade. Esclarecendo os propósitos desses princípios, ele considera que o objetivo da escola única é o de oferecer educação igual, gratuita e obrigatória a toda sociedade entre a idade de 7 a 14 anos, visando uma mentalidade democrática; já o da escola de trabalho consiste em aproveitar a atividade como instrumento ou meio de educação, ensinando a trabalhar e, o propósito da escola de comunidade seria o de uma forma de vida e de trabalho em comum.

Nesse sentido segundo Azevedo (1930), a escola nova é instituída para uma sociedade baseada na organização do trabalho. Ele aponta que um dos interesses dos novos ideais reformadores está alicerçado no anseio de constituir na escola uma consciência profunda de sua tarefa social e nacional e de prepará-la de forma que consiga corresponder às metas dos ideais inovadores. Assim o autor da Reforma da Educação justifica que:

“Ajustando a escola ao meio social e procurando atrair, para o ideal comum, as outras instituições sociais, não é fazer da escola um reflexo do meio, “um aparelho de adaptação”, mas um elemento dinâmico, criador e disciplinador de atividades e energias, capaz de transmitir um ideal às novas gerações e, exercendo sobre elas uma pressão poderosa, contribuir à transformação, em determinado sentido, do meio para o qual foi criada”. (BOLETIM, jul./set 1930, p.327).

De acordo com Teixeira (1934), a Reforma da Educação contribuiu para preparar o indivíduo para integrar-se conforme as suas capacidades naturais à

¹⁸Georg Michael Kerschensteiner, nascido em Munique, em 1854, foi o criador de um dos métodos desenvolvidos a partir de princípios da Escola Nova, qual seja: a escola do trabalho. Doutor pela Universidade de Munique, a partir de 1895, dedicou-se ao seu modelo de escola por 25 anos. Seu método continha os princípios da escola nova, ele defendia que a vontade de aprender deveria partir da criança, pois ele também concordava com o princípio de que o aprendizado acontece de dentro para fora e não de fora para dentro. ([http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2075#myGallery1-picture\(10\).](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2075#myGallery1-picture(10))) 25/02/17

¹⁹Lunascharsky, Militante social-democrata russo, que após sua prisão juntou-se aos bolcheviques. Em fins de 1905, voltou a São Petersburgo, onde tomou parte ativa na publicação do jornal bolchevique legal *Nóvaia Jizn* (A Nova Vida), Delegado ao congresso do Partido Operário Social Democrático da Rússia em Estocolmo (1906) e em Londres (1907) e membro da delegação russa ao Congresso Socialista Internacional de Stuttgart. (<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes//lunacharsky.htm>) 25/02/17.

esfera social e econômica da vida moderna, instruindo-o ao mesmo tempo para compreender e orientar-se em uma sociedade em constante mudança.

Inferimos que a visão de educação de Azevedo não privilegia apenas o processo de transmissão do conhecimento, espera colaborar para que o aluno atinja autonomia para a vida social, com liberdade e consciência para atuar com segurança em meio às mudanças que o Brasil estava passando. Entendemos que o interesse que estimula Azevedo a buscar uma mudança de paradigma para a educação está associado a um propósito de estimular uma mudança de mentalidade na sociedade.

Teixeira (1934) defende a concepção do novo modelo de educação afirmando que:

Devemos procurar dar a educação uma direção que a coloque a salvo das investidas da politicagem, e, conjuntamente, lhe resguarde a independência e a liberdade para se desenvolver dentro das próprias forças sociais que devem representar. (TEIXEIRA, 1934, p.32).

É possível, a partir da declaração de Anísio, perceber, que ele, assim como Azevedo, defendia uma nova estruturação para a educação. Buscava uma formação que rompesse com os velhos paradigmas que limitava o indivíduo e, pretendia subsidiar essa nova educação de fontes que permitisse ao aluno construir a capacidade de questionar e optar na sociedade, ou seja, ser ele mesmo.

Vemos na nova legislação instituída pela Reforma de 1928 um divisor de águas no que tange a renovação educacional, não apenas para o Rio de Janeiro, na época Distrito Federal, como também para outras cidades brasileiras. O próprio Azevedo (1958) a classifica como a mais revolucionária das Reformas até então realizadas no Brasil pela influência que atingiu. Ao abordar sua importância na experiência reformadora para a educação Azevedo afirma:

Nenhuma outra, de fato, até 1930 imprimiu ao nosso sistema de educação uma direção social, tanto quanto nacionalista, mais vigorosa, nem levou mais em conta, no conjunto como nos seus detalhes, a função social da escola; nenhuma outra atendeu mais o enriquecimento interno da escola e ao alargamento de seu raio de ação; nenhuma outra procurou articular mais estreitamente as atividades escolares com a família, com os meios profissionais interessados, com a vida nacional e as necessidades e condições do mundo moderno. (AZEVEDO, 1958, p. 164).

A Reforma do ensino do Distrito Federal de 1928 buscou apresentar em sua nova filosofia um sistema educacional com ideias e técnicas pedagógicas inovadoras, que fossem eficazes e abrangentes. O novo modelo procurava deixar para trás o modelo de educação tradicional em que o interesse individual privilegiado fosse substituído pelo princípio da solidariedade e da cooperação social, propondo o respeito ao indivíduo. Um dos princípios defendidos pelos ideais reformadores encontrava-se calcado na ideia da educação universal de J. Dewey, que defendia “o panorama de uma vida mais ampla e rica para o homem, em geral, uma vida de maior liberdade e de iguais oportunidades para todos, a fim de que cada um pudesse desenvolver-se e alcançar tudo o que pudesse chegar a ser.” (DEWEY, J. apud AZEVEDO, 1976, p. 165).

Para implantar a reforma nas escolas, conforme explicita Azevedo (1929) fez-se necessário uma divisão de serviços. No primeiro momento, buscando obter a organização dentro da nova lei de todas as atividades existentes; e no segundo momento, visando o desenvolvimento e expansão dessas funções por meio da instalação das novas instituições criadas. De acordo com a avaliação de Azevedo, a Reforma enfrentou dificuldades com a questão da instalação das instituições de ensino e a adaptação dos professores aos processos e aos ideais das modernas teorias de educação.

No caso da Escola Normal do Distrito Federal, como era identificado o Instituto de Educação na época, Azevedo observa que, em algum momento, ela não se ajustou a rigor à nova lei, por uma questão material, a impropriedade e a incapacidade do prédio, problema que acredita-se, em parte, tenha sido superado com a mudança para o prédio próprio localizado à Rua Mariz e Barros.

A edificação do prédio do Instituto de Educação faz parte desse projeto de construção de instituições construídas nos moldes para adequar-se à Reforma, que exigia um prédio próprio e com o máximo de condições higiênicas e pedagógicas, com o propósito de proporcionar ao seu público um ambiente que favorecesse sua formação enquanto indivíduo e profissional.

Ao descrever a estrutura física referente ao que se esperava da nova instituição construída para atender aos novos ideais, Azevedo informa que os novos edifícios escolares não poderão deixar de ter:

Salas de clínica e assistência dentária; o pavilhão de ginástica ou ginásio, o museu, a Biblioteca e as oficinas de trabalhos manuais e de pequenas indústrias. A água viva, na fonte, nas piscinas ou nos tanques de vadar, os jardins e as árvores que a circundam e a emolduram. (BOLETIM, jan./março, 1930, p.94).

De acordo com Vidal (2001), é possível inferir que em seu projeto estrutural para se criar prédios para abrigar instituição de saber, Fernando Azevedo preocupou-se em idealizar espaços de preservação da cultura brasileira, dentre os quais estavam os museus e Bibliotecas escolares.

Assim, vemos nessa estrutura de educação um modelo voltado à preparação de profissionais para atuarem na sociedade de uma maneira geral, em que o interesse ia além do interesse na formação intelectual, visava a saúde física de seu alunato e valorizava também espaços que levassem o seu público a um momento de lazer e descontração, e que tornavam-se espaços favoráveis ao desenvolvimento de relações de sociabilidade entre os atores que faziam parte dessa Instituição.

Em entrevista concedida ao jornal A Noite²⁰ em 1927, Fernando de Azevedo (1929) avalia que a escola criada na Reforma não exclui nem ricos e nem pobres, mas permite que a criança pobre aprenda a trabalhar e a criança rica, trabalhando igualmente, aprenda a respeitar o trabalho alheio. Ele afirma, ainda, que a escola criada é a escola do movimento, da saúde, da moralidade, da consciência econômica e da consciência política.

Apesar das muitas inovações aplicadas à educação pública pela Reforma da Educação de 1928, Teixeira (1934) afirma que seu critério de alfabetização era considerado “remédio acanhado para os males brasileiros”. A análise de Teixeira certamente tem relação com a necessidade que o educador percebia de ver instaurado no sistema educacional brasileiro a educação superior.

A Reforma da Educação reuniu diversos intelectuais que, muito embora tivessem opiniões bastante divergentes, concordavam com a tese de que através da valorização do sistema de ensino, a sociedade estaria preparada para resolver os problemas relacionados aos vícios herdados das gerações anteriores, que viam a

²⁰ Fundado em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho no Rio de Janeiro. Foi considerado um dos primeiros jornais populares do Rio de Janeiro. <http://www.radioemrevista.com/a-noite/> Acesso em 13 de setembro de 2016.

educação nacional como um tema a explicar sem se voltar a sua realidade. Assim, desejavam a substituição da educação tradicionalmente humanista (RECONSTRUÇÃO, 1932).

Esses intelectuais que tencionavam uma nova educação se uniram em um novo projeto desenvolvido pelo próprio Fernando de Azevedo que reforçava os princípios de Escola Nova, intitulado *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo: Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, lançado em 1932 e conhecido pelo título de *Manifesto dos Pioneiros da Educação*. Segundo Vidal (2013), o lançamento dessa obra ocorreu em vários órgãos da grande imprensa brasileira, talvez pelo motivo de haver entre os signatários muitos intelectuais que tinham ligação com os meios de comunicação de massa. Porém, o reconhecimento do Manifesto está no fato de ter sido considerado essencial para processo de renovação educacional.

O Manifesto (1932) propunha uma nova política educacional em que fosse estabelecido um sistema completo de educação voltado às necessidades brasileiras. Nesse sentido, aponta dez princípios, em que destaca que a educação em todos os graus tem função social e é um serviço essencialmente público e, nos demais princípios ele procura defender uma educação de qualidade e mais justa, a fim de possibilitar a interpenetração social.

De acordo com a perspectiva do Manifesto, a educação não possui característica estanque, ela é estruturada no sentido de atender ao interesse social, para colaborar com o desenvolvimento da sociedade. Assim, conforme declaração no próprio Manifesto (1932):

Toda a educação varia sempre em função de uma “concepção de vida”, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. É evidente que as diferentes camadas e grupos (classes) de uma sociedade dada terão respectivamente opiniões diferentes sobre a “concepção do mundo”, que convém fazer adotar ao educando e sobre o que é necessário considerar como “qualidade socialmente útil”.(MANIFESTO, 1932, p.40-41)

Nesse sentido, percebemos nesse trecho do Manifesto mais uma justificativa para uma mudança de paradigma. É como se ele dissesse nas entrelinhas que a ideia de mundo não é mais a mesma, por isso, era preciso dar outro enfoque à

educação, em que a abordagem fosse mais atual, com espírito da disciplina, da solidariedade e da cooperação entre os homens.

Segundo Azevedo (1930), a educação nova encarrega-se de trazer a tona uma hierarquia mais democrática, em que todas as classes sociais tenham as mesmas oportunidades de educação. Baseia-se em organizar e desenvolver os meios de ação durável, pretendendo conduzir o desenvolvimento natural e integral do ser humano nas etapas de seu crescimento.

Vidal (2013), afirma que o Manifesto dos Pioneiros surge para assumir a posição de direção do movimento de renovação educacional brasileira como uma espécie de plataforma na disputa pelo Ministério da Educação e Saúde no Brasil, criado em 1930. Conforme afirma a autora, um dos propósitos do Manifesto era a defesa de princípios gerais, cujo posicionamento estava pautado em modernizar o sistema educacional e a sociedade brasileira a partir de uma escola laica, gratuita, obrigatória e de coeducação. Além disso, ele defendia que a escola deveria ser única e constituída sobre a base do trabalho produtivo e o Estado deveria ser o disseminador da escola brasileira.

O documento contou com adesão manifestada através da assinatura de 26 signatários, todos intelectuais que possuíam destaque no cenário educacional brasileiro na década de 1930. São eles: o próprio idealizador do Manifesto, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Antonio de Sampaio Dória, Anísio Spínola Teixeira, Manuel Bergstrom Lourenço Filho, E. Roquete Pinto, Frota Pêsoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casasanta, C. Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Junior, J.P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Rodrigues Gomes.

Dentre esses liberais que possuíam destaque no cenário educacional brasileiro, onze deles fizeram parte do quadro docente do Instituto de Educação possibilitando toda estrutura e notoriedade que o prédio da Mariz e Barros atingiu durante e após a sua ocupação. São eles, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles, Edgar Roquete Pinto, Delgado de Carvalho, Edgar Sussekind de Mendonça, Afrânio Peixoto, Venâncio Filho, J. P. Fontenelle, Paschoal Leme e J. C.

Frota. Anísio Teixeira, na ocasião do Manifesto, era Diretor de Instrução Pública e Manuel Bergstrom Lourenço Filho era diretor do Instituto de Educação.

Não podemos deixar de mencionar nessa seção outro documento que corroborou com a idealização dos intelectuais escolanovistas, que foi o Decreto nº3810 de Anísio Teixeira. Segundo Vidal (2012), ele foi publicado no mesmo dia no Manifesto dos Pioneiros. O referido Decreto cria o Instituto de Educação e altera o curso de formação de professores, em 19 de março de 1932. A autora observa que ambos os documentos preveem a formação de professores em nível superior.

O Decreto nº3810, de 19 de março de 1932, promulga que:

Regula a formação técnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal e estabelecimentos anexos.

Embora a Reforma da educação de 1928 tenha gerado uma revolução na educação do Rio de Janeiro, consideramos que foi a partir de 1932, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros e a criação do Instituto de Educação pelo Decreto nº 3810 que efetivamente as mudanças no âmbito da formação de professores aconteceram no IE, pois a partir do referido Decreto a Instituição fica responsável por habilitar professores primários e secundários, além de manter cursos de continuação e aperfeiçoamento. O que culmina com mudanças de disciplinas a serem oferecidas ao seu público.

Nas próximas seções procuraremos, através do entrelaçamento das fontes existentes no CMEB / ISERJ, retratar de que forma efetivamente podemos perceber a influência dos referidos Movimentos no escopo da pesquisa.

Adiante, analisaremos a contribuição dos Programas de Cursos como princípio obrigatório para ratificar interesses reformadores, procurando perceber a necessidade de rever as bases curriculares para atingir a transformação idealizada.

6.1 CURRÍCULO DAS NORMALISTAS

Ao iniciar a seção, é necessário discorrermos sobre como é estruturado um currículo em um universo tão extenso de conteúdos disponíveis. De acordo com Silva (2010), um currículo é sempre o resultado de uma escolha em um universo amplo de conhecimento e saberes. Nele são selecionadas aquelas parte que vão constituir precisamente o currículo e, ao tomar essa decisão, seus autores devem estar conscientes de que tipo de indivíduo pretende-se formar, pois de acordo com o seu ponto de vista, o currículo tem a função de transformar aqueles que vão segui-lo.

Por essa ótica, fundamenta-se o movimento realizado pelos reformadores com relação às mudanças curriculares voltadas à formação dos professores a partir do final da década de 1920. Diante de uma sociedade que estava em evidente transformação, não cabia mais um programa ultrapassado, que não correspondia às exigências do novo tempo.

Assim, o princípio norteador da Escola Nova indicava que era necessário realizar uma revisão no sistema de ensino, passando pela formação de professores para que eles estivessem preparados para o exercício eficaz de sua função, ao passo que também estariam propagando os ideais da nova educação.

Quanto à importância da formação do professor, Azevedo declara que:

Não há traçado de organização escolar que se mantenha na sua integridade orgânica, e ainda mais, no seu conteúdo ideológico, se esbarrou, sem resolvê-lo, nesse problema capital da formação de professorado. Porque, afinal, ensinar ou educar é “dar-se a si mesmo” e o espírito que animou uma legislação pedagógica e nela reside, só se transmite pelo professor preparado para uma ação eficaz, dentro dos ideais que se educou. (AZEVEDO, 1958, p.81).

Ao priorizar com a Reforma de 1928 a educação primária no Rio de Janeiro, Fernando de Azevedo, além de buscar uma educação mais democrática para a população, também buscou superar o modelo tradicional vigente nas Instituições de Ensino. De acordo com Azevedo (1931), para que o antigo modelo de educação fosse superado, e acontecesse uma verdadeira reforma no ensino fundamental, seria necessário que os problemas da educação passassem a ser vistos como

problemas de cunho filosófico e, também que houvesse reformulação no currículo dos professores.

Assim, a Escola Normal assume, durante a Reforma, o papel de Laboratório, preparando em primeiro lugar, esse professor que seria lançado às salas de aula, para que depois ele exercesse o papel de fio condutor e propagador desses novos ideais que se pretendia enraizar.

Dessa maneira afirma Azevedo:

Fazer educação é preliminarmente “tomar o sentido da vida”. A sua sujeição à técnica empírica, o seu culto supersticioso pelas fórmulas e a sua atividade profissional, desenvolvida sem base científica e sem um sistema de ideias, não lhe permitiam elevar-se às regiões altas do pensamento, onde se esclarecem a concepção e o sentido da vida, e, portanto, os ideais, as diretrizes e os princípios da educação. (AZEVEDO, 1930, p.20).

Inferimos assim que, para Azevedo (1930), a educação não poderia ser vista como um modelo engessado, mesmo porque sua Instituição propagadora, a Escola, é um modelo de instituição social e como tal precisa variar de acordo com o grau de desenvolvimento, necessidades e exigências da sociedade. Sendo assim, Azevedo (1930) afirma que os programas de acordo com os novos ideais não poderiam ser tão rígidos e limitados ao ponto de tornar sua prática tão mecânica e tão ampla que dificultasse o controle.

Para dinamizar a aquisição de conhecimentos, Azevedo ainda aponta que:

A Reforma, lançada em bases e com preocupações científicas, não somente procurou na ciência as fontes de inspiração de seus princípios e os fundamentos de seus processos técnicos, como procurou por ao alcance da criança e aproveitar em seu benefício todos os recursos e todas as conquistas (o disco, o cinema e o rádio), com que a ciência acode constantemente em auxílio da obra de educação. Mas além disso (e é este o ponto capital) , seguindo o princípio de que a marcha do espírito humano para o conhecimento deve ser sempre a mesma, no laboratório e na escola, quer se trate de um espírito maduro ou de um espírito em formação, a reforma TROUXE PARA A ESCOLA PRIMÁRIA, renovando-lhe os próprios métodos, o sentido científico de experiência, pesquisa, descoberta e verificação. (AZEVEDO, 1930, p.23-24).

Sendo assim, vemos que a Reforma, embora tenha dado ênfase ao incentivo da leitura como forma de aquisição de conhecimento, não deixou de eleger outros estímulos, como a utilização de material audiovisual, no sentido de promover o

processo de aprendizagem na escola primária, possibilitando que a criança tivesse um aprendizado mais agradável; porém com a mesma seriedade daquele que era oferecido ao público mais desenvolvido.

A nova Reforma, conforme afirma Azevedo (1930), pretende resolver os problemas da educação, buscando na “essência psicológica do próprio aprendizado”, ou seja, na observação, na pesquisa e na experiência, estímulo para que o aluno obtenha a aquisição de conhecimentos, semelhantemente ao que ocorre com os pesquisadores nos laboratórios. O aluno deixa de ser expectador para participar da construção do conhecimento.

Especificamente no que se refere às Escolas Normais, Azevedo (1930) pontua que elas devem tornar-se centros de estudos, ensaios e pesquisas pedagógicas, não se atendo ao fato de não possuir cunho de um curso superior, ela tem o compromisso dentro de seu caráter profissional de disseminar entre os seus discentes o conhecimento e a prática dos métodos científicos. Para isso, o reformador acrescenta que a escola normal precisará preparar os alunos-mestres a elaborar uma cultura intelectual e uma consciência exata do valor, dos limites, do interesse prático, da evolução e dos métodos gerais das diferentes ciências, para assim poder aplicá-los ao ensino da escola primária.

Além disso, Azevedo (1958) sustentava a ideia de que era necessário transmitir aos professores a consciência de que era preciso atualizar-se sem cessar, de que a chama da curiosidade precisava ser mantida acesa incessantemente, pois através dela, seria possível envolver o alunato, cumprindo, assim, o objetivo da renovação. Nessa, Azevedo determina a organização de Bibliotecas para professores, incentivando prêmios para estimular a literatura pedagógica.

Nesse sentido, a partir da reforma de 1928, Fernando de Azevedo estabelece diversas mudanças no Currículo das normalistas, tendo em vista que seriam elas as propagadoras dos novos ideais reformadores.

A Reforma na estrutura da Escola Normal, de acordo com Accácio, no âmbito das novas exigências dos reformadores, ocorre da seguinte forma:

Remodela a estrutura da Escola Normal, passando-a da categoria de ginásio com algumas cadeiras pedagógicas, para um curso de cinco anos de preparação profissional, com três anos propedêuticos e dois anos de

matérias especializadas para a formação do professor. Cria, ainda, o curso complementar primário superior - para cujo ingresso tem preferência os alunos que hajam concluído o curso primário de cinco anos - vocacional, com dois anos de duração, anterior ao propedêutico, o que torna de fato o período da Escola Normal de sete anos. (ACCÁCIO, 2016, p. 9).

No Decreto 3281 de 23 de janeiro de 1928, da Reforma, Azevedo afirma no artigo 87 na parte III, que a Escola Normal é uma Instituição destinada à formação propedêutica e profissional de professores, e para esse fim, ela precisará ser organizada de forma a tornar-se um centro de pesquisas pedagógicas. Nesse sentido, segundo o diretor geral de Instrução pública, seria necessário preparar os futuros mestres para que estes aceitassem as novas ideias educativas e também colaborassem para o constante aperfeiçoamento dos novos métodos de ensino.

Assim, a Escola Normal, visando preparar o professor sob a nova legislação, apresenta um novo currículo que, segundo Azevedo (1958), abrangerá a cultura utilitária e os estudos desinteressados, o espírito científico e o espírito literário e as necessidades de cultura geral e do preparo especializado. Para cumprir a nova demanda, o curso normal estendeu-se para cinco anos, passando a ter caráter profissional. Três desses cinco anos de curso estavam voltados ao ciclo propedêutico e dois deles voltados à formação profissional do educador. Nesses dois anos, as normalistas estudavam matérias como psicologia experimental aplicada à educação, pedagogia, didática, sociologia, higiene e puericultura. A prática da cultura apresentada era experimentada através de instalações de laboratório, ambiente apropriado às práticas educativas e sociais e nas escolas anexas de aplicação.

A grade curricular para atender à Reforma ressalta o caráter da nova formação de professores. O curso normal completo será de cinco anos, subdividido em dois ciclos, o propedêutico com três anos de extensão e o profissional com dois anos de duração. As disciplinas de acordo com os seus ciclos foram divididas em, Propedêutico: Português, Francês, Inglês, Literatura vernácula especialmente brasileira, Geografia geral especialmente do Brasil, História da Civilização, História do Brasil, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Retilínea, Física, Química, História Natural, Anatomia e Fisiologia Humana, Psicologia, Noções Gerais de Direito Público e Privado, Desenho, Música e Canto Coral, Trabalhos Manuais,

Trabalhos de Agulhas, Educação Física. Profissional: Psicologia Experimental e sua aplicação à educação, Pedagogia, Higiene e Puericultura, Sociologia, História da Educação, Didática.

Azevedo dedica à cultura papel importante na formação docente. Ele considera que ela proporciona ao professor a capacidade de ter flexibilidade, segurança e capacidade de decisão no exercício da profissão, tendo em vista que:

Só pela cultura geral, larga e sólida, poderá o professor dominar o ensino, isto é, “associar” tudo, sem falsear nem confundir, aplicando e coordenando, com senso da oportunidade, que nos habitua a aproveitar as ocasiões, e com o senso de medida, que quando preciso, ensina também a esquecer... (AZEVEDO, 1958, p.91).

Através dessa perspectiva, inferimos também que, ao incentivar a cultura geral na formação profissional das professoras, Azevedo pretendia estimular a capacidade cognitiva e abrir o campo de visão das alunas do Instituto de Educação, procurando capacitá-las para selecionar o conhecimento que vale a pena ser reforçado.

Quanto ao papel da Escola Normal como disseminadora dos novos paradigmas da educação, Azevedo declara que:

A Escola Normal, remodelada em suas futuras instalações, é que serão os grandes centros de propagação e disseminação da mestrança e do professorando incumbidos da realização integral dos novos ideais. Mas a experiência de dois anos longe de trazer o desânimo nos deu a convicção, que com esse mesmo professorado já em exercício podemos introduzir os nossos ideais e métodos de educação popular...(AZEVEDO, 1929, 124-125).

Podemos entender assim que há nos ideais reformadores de Azevedo o interesse em dignificar a profissão do professor, que até então poderia ser desenvolvida por qualquer profissional, independentemente de sua qualificação, bastando muitas vezes, que ele se propusesse a ensinar nas escolas as técnicas de ler, escrever e somar. Fica evidente também no trecho citado, que é através do curso de formação de professores que a realização desses ideais iriam frutificar e renovar.

Sobre a nova estrutura pensada para a formação de professores pela Reforma Accácio comenta:

Procura maior solidez na cultura básica e na formação profissional dos novos professores municipais, dotando sua preparação de uma estrutura que a eleve e dignifique e de um ambiente que lhe permita funcionar adequadamente. (ACCÁCIO, 20--, p.8).

Muito embora a Reforma de 1928 tenha sido um passo muito importante no sentido de transformar a educação do Rio de Janeiro e, conforme palavras de Teixeira (1935), ter sido “uma dessas obras audaciosas de previsão planejada por Fernando Azevedo”, foi a partir do Decreto nº 3810 de 19 de março de 1932, que ocorreram as mudanças mais significativas no magistério do Rio de Janeiro.

O Decreto nº 3.810, instituído por Anísio Teixeira durante a sua gestão como Diretor de Instrução Pública, transformou a Escola Normal em Instituto de Educação e, criou a Escola de Professores em nível universitário e a Escola Secundária, destinada a preparar e selecionar os candidatos para o Curso Superior. De acordo com Anísio (1932), o novo Instituto de Educação abrangia várias escolas, gravitando em torno de uma Escola de Professores, estando nele representados os diferentes graus de ensino desde o infantil até o universitário.

Accácio (2012) afirma que Anísio Teixeira, ao assumir a Direção da Instrução Pública em 15 de outubro de 1931, procurou dar sequência ao que foi iniciado pela Reforma de Azevedo, empenhando-se em reparar alguns pontos que, segundo ele, davam à Reforma um cunho pessoal.

Ao rever algumas das mudanças realizadas por Azevedo, segundo Lopes (2006), Anísio causou em alguns alunos desconforto, que de acordo com o que a autora relata, reclamaram de não ter tido tempo nem mesmo de adaptar-se a Reforma de 1928.

Porém, Teixeira (1935) argumenta sobre a importância da renovação no Curso, afirmando que:

Estivemos, até há pouco, a preparar os nossos professores primários em escolas secundárias em que se introduziam, para aquele fim especial, cursos de pedagogia e de psicologia e uma prática nominal do ensino. Confundíamos, assim finalidades culturais e profissionais em um só instituto, servindo mal a umas e outras. (TEIXEIRA, 1935, p.157)

Outro indício de que havia em Anísio, o intuito de dar continuidade aos ideais reformadores, foi a sua decisão em nomear, logo após transformar a Escola Normal em IE, Lourenço Filho como Diretor da Escola de Professores. A nomeação do diretor signatário aparece no Livro de Designação do Instituto de Educação²¹, conforme o texto abaixo declara:

O interventor Federal no Distrito Federal resolve, nos termos do art.58, do Decreto nº 3810 de 19 de março do corrente, nomear o professor Manoel Bergström Lourenço Filho, para o lugar de Diretor da Escola de Professores do Instituto de Educação. Distrito Federal, 22 de março de 1932. (LIVRO de Designações, 1925 a 1932, p. 190).

Lourenço Filho discorre sobre a criação da Escola de professores, mostrando entusiasmo na ação inovadora e grandiosa desenvolvida com base no processo inovador defendido pelos reformadores. Ele declara:

A Escola de Professores... representa a primeira iniciativa no país, para promover à formação do magistério, em nível de estudos superiores, ou universitário. Mais, do que isso, talvez assinala uma experiência de preparação de mestres primários, em novas bases, e mediante processos ainda não sistematicamente utilizados nas escolas brasileiras. (ARQUIVOS do Instituto de Educação, 1934, p.15).

A Escola de Professores, ainda de acordo com Teixeira (1935), baseou a sua organização nos “Teachers College” americanos e separou as suas disciplinas em 10 seções. Assim, seção 1. Biologia Educacional e Higiene; seção 2. História, Filosofia da Educação, Educação Comparada e Administração Escolar; seção 3. Psicologia Educacional e Sociologia Educacional; seção 4. Materiais de Ensino Elementar, Primário e Intermediário; seção 5. Materiais de Ensino Secundário; seção 6. Desenho e Artes Industriais e Domésticas; seção 7. Música; seção 8. Educação Física, Recreação e Jogos; seção 9. Prática de Ensino Elementar e seção 10. Organização e Prática de Ensino Secundário. Cada uma das seções seria orientada por um professor chefe, que periodicamente faria reunião para discutir e aprovar os programas e estudarem questões de interesses didáticos.

Quanto à organização do Curso para Formação de Professores Primários, Lourenço filho (1935) afirma que era composto de dois anos voltados à formação profissional. O primeiro ano seria dedicado aos fundamentos e o segundo ano à

²¹ Fonte CMEB/ISERJ.

aplicação desses fundamentos. O ano letivo seria dividido em três períodos em que seria priorizado o trabalho com as matérias afim de não sobrecarregar os alunos com excessivos conteúdos. Diariamente os alunos fariam exercícios de fixação.

As matérias do primeiro ano seriam: Biologia Educacional, Psicologia Educacional e Sociologia Educacional. Paralelamente, os alunos do curso teriam aula durante o ano todo de História da educação, Artes e Educação Física. O segundo ano privilegiaria a Prática de Ensino que era dividido em observação, participação e direção de classe.

Entre o primeiro e o segundo ano, de acordo com Lourenço Filho (1935), ocorria o que era denominado de estudos intermediários, que permitiam o exame dos princípios informadores da técnica em consonância com a prática. O autor declara que “Nesse estudo, que compreende a Seção de matérias do Ensino Primário, está talvez a maior originalidade do sistema e a garantia da formação de mestres, em novos moldes.” (Lourenço Filho, 1935). Ao encerrarem o ciclo, os alunos-mestres são levados a um debate de Filosofia da Educação.

Através do periódico “*Arquivos do Instituto de Educação (1937)*”, chegamos ao programa do ano letivo de 1936 do Curso de Formação dos Professores Primários, onde podemos encontrar traços bastante significativos dos ideais reformadores. O curso corresponde, nas suas finalidades, à função de ensino pedagógico da antiga Escola Normal e as ementas, em sua maioria, foram elaboradas entre os anos de 1934-1936 e apresentam dados como: objetivo da disciplina; requisitos para estudo da matéria; programa da matéria; processos de trabalho e bibliografia para o aluno. De acordo com a explicação de Lourenço Filho, as ementas apresentadas no periódico são:

Programas que foram pacientemente experimentados e ajustados cada ano no desenvolvimento do nível de preparação dos alunos, evidenciam o espírito novo, de que se tem procurado embeber todo o trabalho. Não apresenta obra definitiva. Expressam um momento de evolução na primeira tentativa de renovação do preparo dos mestres primários brasileiros, que este Instituto vem realizando... (ARQUIVOS do Instituto de Educação, 1936, p.293).

Podemos inferir na declaração de Lourenço Filho que o Programa direcionado ao professorando de formação primária do IE foi desenvolvido baseado nos novos

ideais, buscando a renovação da educação. Diante dessa dedução, procuramos analisá-lo em busca de entender até que ponto essa afirmativa configurava-se uma verdade.

No quadro1 mostraremos com números “o espírito novo” no programa, conforme declaração do professor Lourenço Filho (1937), em que podemos inferir a marca dos ideais renovadores.

Quadro 1 - Estrutura curricular do IE - Matérias, tipo de bibliografia e quantidade de autores

	MATÉRIA	TIPO	AUTORES BRASILEIROS	AUTORES ESTRANGEIROS	TOTAL DE AUTORES
1	Biologia Educativa TOTAL: 14	Compêndios	7 (02 são pioneiros)	37	44
		Livros de consulta e leitura	3 (02 são pioneiros)	5	8
2	Psicologia Educativa TOTAL: 45	Compêndios	0 (00 são pioneiros)	10	10
		Livros de consulta e leitura	7 (05 são pioneiros)	13	20
		Livros recomendáveis para questões gerais	0 (00 são pioneiros)	15	15
3	Sociologia Educativa TOTAL: 00	Compêndios	0 (00 são pioneiros)	0	0
		Livros de consulta e leitura	0 (00 são pioneiros)	0	0
4	História da Educação TOTAL: 00	Compêndios	0 (00 são pioneiros)	0	0
		Livros de consulta e leitura	0 (00 são pioneiros)	0	0
5	Filosofia da Educação TOTAL: 10	Compêndios	0 (00 são pioneiros)	0	0
		Livros de consulta e leitura	3 (03 são pioneiros)	7	10
6	Literatura e Linguagem TOTAL: 18	Livros Textos	7 (07 são pioneiros)	0	7
		Livros de consulta e leitura	3 (01 são pioneiros)	8	11

	<u>MATÉRIA</u>	<u>TIPO</u>	<u>AUTORES BRASILEIROS</u>	<u>AUTORES ESTRANGEIROS</u>	<u>TOTAL DE AUTORES</u>
7	Cálculo TOTAL: 33	Compêndios ou Livro de Textos 11	0 (00 são pioneiros)	11	11
		Livros de consulta e leitura 22	5 (00 são pioneiros)	17	22
8	Ciências Naturais TOTAL: 39	Compêndios ou Livros de Texto 15	2 (00 são pioneiros)	13	15
		Livros de consulta e leitura 20	1 (01 são pioneiros)	19	20
		Revistas 04	0 (00 são pioneiros)	4	4
9	Literatura Infantil TOTAL: 14	Livros de texto 05	5 (02 são pioneiros)	0	0
		Livros de consulta para estudo comparativo e discussão 03	2 (00 são pioneiros)	1	3
		Literaturas recomendáveis 06	1 (01 são pioneiros)	5	6
10	Literatura Infantil TOTAL: 14	Livros de Textos 05	5 (00 são pioneiros)	0	5
		Livros de consulta para estudo comparativo e discussão 03	2 (00 são pioneiros)	1	3
		Livros recomendáveis 06	1 (01 são pioneiros)	5	6
11	Música e Canto Orfeônico TOTAL: 47	Livros de texto 14	4 (00 são pioneiros)	10	14
		Livros de consulta e 33	3 (00 são pioneiros)	30	33

	<u>MATÉRIA</u>	<u>TIPO</u>	<u>AUTORES BRASILEIROS</u>	<u>AUTORES ESTRANGEIROS</u>	<u>TOTAL DE AUTORES</u>
12	Educação Física, Recreação e Jogos TOTAL: 28	Compêndios 1	1 (00 são pioneiros)	0	1
		Livros de consulta para estudo comparativo e discussão 17	3 (02 são pioneiros)	14	17
		Leituras recomendáveis, para alargamento da cultura geral, ligadas direta ou indiretamente à matéria 07	6 (00 são pioneiros)	1	7
		Publicações 03	2 (00 são pioneiros)	1	3
13	Desenho e Artes Industriais TOTAL: 00	Compêndios	0 (00 são pioneiros)	0	0
		Livros de consulta e leitura	0 (00 são pioneiros)	0	0
14	Prática de Ensino TOTAL: 00	Compêndios	0 (00 são pioneiros)	0	0
		Livros de consulta e leitura	0 (00 são pioneiros)	0	0
		Livros recomendáveis para questões gerais	0 (00 são pioneiros)	0	0

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

O primeiro ponto analisado no novo currículo foi as próprias matérias disponibilizadas aos alunos-mestre. Disciplinas modernas, voltadas à formação profissional do professor, destacando assim, o ideal reformista de uma escola do trabalho. Além das matérias que buscam estruturar o conhecimento do aluno-mestre para atuarem em salas de aula, oferece também aquela disciplina que ensina através da prática técnicas para observar, participar e dirigir classes. Assim, a escola assemelha-se ao que os reformadores chamam de escola laboratório, onde o aluno mestre aprende o exercício profissional na Escola.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato dos reformadores estarem agindo efetivamente no sentido de propagar os ideais da reforma. O programa aponta que dentre as 14 matérias que o curso oferece, seis delas são ministradas ou

coordenadas por um professor signatário. Logo, podemos inferir que esses futuros mestres estavam sendo preparados para reproduzir as ideologias defendidas pelos intelectuais renovadores.

De acordo com o periódico, Arquivos do Instituto de Educação (1937), os signatários que estavam à frente das disciplinas no Curso de Formação Primária no IE, são: J. P. Fontenelle, Lourenço Filho, professor chefe de seção de Biologia Educacional; o também professor de seção de Psicologia e Sociologia; Carlos Delgado de Carvalho, professor de Sociologia; Afrânio Peixoto, professor de História da Educação; Anísio Teixeira, professor da seção de História da Educação, Administração Escolar, Educação Comparada e Filosofia da Educação que elaborou a base do programa de Filosofia da Educação; Francisco Venâncio Filho, professor-chefe de Ciências Naturais. Havia nesse grupo de signatários possivelmente o interesse de inculcar no grupo disseminador do conhecimento ferramentas para disseminar no seu exercício profissional os novos ideais educacionais

A análise dos dados relativos aos itens bibliográficos constantes no acervo indica fortemente que o que hoje denominamos diretrizes curriculares já estaria plasmado no projeto dos reformadores da educação.

Tendo em vista que os movimentos para uma nova educação colocava a formação do professor como mola mestra no movimento de renovação da educação e, que o livro ocupa um papel importante na formação intelectual do indivíduo, é compreensível que ele também receba destaque nesse novo programa. Porém, esse é um tema que abordaremos na subseção 6.2.

6.2 UM ACERVO PARA A REFORMA

A Biblioteca da Escola Normal, como era denominada antes de ser transformada em Instituto de Educação, segundo Vidal (2001), funcionava como uma espécie de depósito, com livros misturados e empoeirados; somente a partir do período em que Fernando de Azevedo assumiu a direção da Instrução Pública, que ela passa a ser impulsionada como espaço auxiliar de ensino.

Antes da mudança da Escola Normal para Instituto de Educação, o Decreto nº 3.281, que trata da Reforma da Educação, determina que “em cada Escola pública haverá uma Biblioteca dividida em duas seções; uma para professores e outra para alunos”. Quanto ao acervo, o Decreto indica que ele se formará com base nos livros que forem aprovados pelo Conselho de Educação e doados pelas autoridades ou particulares e, que estes apenas farão parte da coleção depois que tiverem sido examinados pelo diretor da Escola. O catálogo e a responsabilidade da biblioteca estarão a cargo de um professor da Escola.

No sentido de incentivar a literatura de aplicação didática em 1929, a diretoria geral de instrução pública apresenta concurso para livros de leitura que correspondessem aos novos programas de ensino primário, com a finalidade de atualizar o acervo pedagógico, tendo em vista que segundo o Boletim (1930), de acordo com a comissão dos livros didáticos, apenas 10 % dos mesmos que compunham o acervo seriam adotáveis sem restrições.

Ao analisar o Livro de tomo referente à gestão de Azevedo, percebemos que os primeiros registros apresentados, de acordo com as datas de publicações, possivelmente faziam parte dos períodos anteriores à Reforma de 1928; pois eram livros cuja data de publicação eram, em sua maioria do final do século XIX.

O que podemos comprovar através do ofício nº 139 de 22 de abril de 1932 do Diretor do IE, Lourenço Filho, dirigido a Anísio Teixeira, Diretor de Instrução Pública, onde ele manifestou o seu descontentamento em relação à desatualização do acervo da Biblioteca do IE e, solicitou urgência na aquisição de novos títulos para a Instituição.

FIGURA 4 - OFÍCIO ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DO DIRETOR

22 Abril 2

Snr. Director Geral

Entre as deficiencias de material didatico neste Instituto, uma das mais impressionantes é a que revela a Bibliotheca do estabelecimento. Basta lembrar que a quasi totalidade dos volumes que possui é de obras editadas antes de 1890.

Tendo já pedido a todos os Srs. professores, tanto da Escola Secundaria como da Escola de Professores, a relação de livros que julguem de leitura ou consulta util aos alunos, enviarei a V. Exa., assim que tenha em mãos essas listas, um pedido que atenda ás maiores deficiencias da Bibliotheca.

No entanto, como o tempo urge e ha possibilidade de adquirir, na praça, algumas obras de real necessidade para a Escola de Professores, tomo a liberdade de juntar a este uma relação desses livros, com a indicação das livrarias onde se encontram á venda e indicação de preço, solicitando de V. Exa., si possível, a sua aquisição imediata.

Reitero a V. Exa. os protestos de elevada estima e distinta consideração.

(Lourenço Filho)
Director

Fonte: Acervo CMEB, 1932. CMEB/ISERJ.

A partir de 1933 (BREVE, 19--), intensifica-se a tentativa de constituir um acervo que corresponda a atual necessidade de formação pedagógica. Assim, novos livros em vários idiomas foram adquiridos pela Biblioteca, intensificando a consulta

ao acervo, que provavelmente motivou o novo diretor do Instituto de Educação, Lourenço Filho, a enviar um ofício²² à bibliotecária tratando sobre o ocorrido.

Com base em dados tão significativos relacionados à formação do acervo da Biblioteca do IE, é possível depreender que a bibliografia sugerida e adquirida como parte colaborativa na formação dos professores primários na década de 1930 estava vinculada aos ideais reformadores da educação. Através de interesses manifestados pelos ofícios, especialmente o citado na página 70 dessa pesquisa, e no programa das disciplinas referente aos cinco primeiros anos do IE, que já foi abordado na seção anterior, e que ainda será abordado posteriormente, podemos afirmar que havia a pretensão de uma Biblioteca que atuasse em consonância com os ideais renovadores.

O controle das consultas ao acervo passou a ser realizado a partir de 1929, e nesse período percebe-se uma procura discreta pelos títulos da biblioteca. A busca ao acervo torna-se mais expressiva somente a partir de 1932, quando o Instituto de Educação começou a vigorar. Nesse período observou-se um acesso bem mais significativo ao acervo, como poderá ser confirmado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Quantidade de consultas ao Acervo da Biblioteca do IE - 1929-1933

ANO	TOTAL
1929	1511
1930	1578
1931	2332
1932	2980
1933	18.997

Fonte: Arquivo do Instituto de Educação, 1934. CMEB/ISERJ.

²² Do Livro Ofício do Diretor, 12 de janeiro 1934. Acervo CMEB/ISERJ.

De acordo com o periódico, Arquivos do Instituto de Educação (1936), a biblioteca, entre os anos de 1932 e 1935, foi quase inteiramente renovada e o seu acervo que, em 1932, contabilizava pouco mais de dois mil volumes, quatro anos depois possuía o total de 9.000 obras, cuidadosamente selecionadas e providas de catálogo analítico.

Nesse período é possível avaliar que a Biblioteca tinha um importante papel na reformulação da educação. O Instituto de Educação valorizava o hábito de leitura e pesquisa própria para todos os alunos como possibilidade de autonomia, não apenas no âmbito da instituição, mas no âmbito social. Inclusive, nesse período havia tanto na Biblioteca Infantil, quanto na Biblioteca do curso secundário, uma bibliotecária específica para intermediar o aluno e o acervo. (ARQUIVOS do Instituto de Educação, 1934).

No ano de 1933, de acordo com “O Anuário do Instituto” (1934), foram adquiridas 1.719 obras para a Biblioteca dos cursos mais adiantados e 175 para a Biblioteca infantil, e provavelmente essas novas aquisições influenciaram o aumento de consulta no referido ano à Biblioteca. Diante desses aspectos, levantamos o seguinte questionamento: que acervo era esse que aumentou significativamente o acesso à Biblioteca do Instituto de Educação na década de 1930?

O periódico “Arquivos do Instituto de Educação (1937)” nos fornece fortes indícios que esse acervo adquirido, pode ter contribuído como parte da bibliografia proposta pelos professores e coordenadores das disciplinas do curso de Formação para Professores Primários.

A partir de o quadro a seguir, serão apresentadas as 287 obras sugeridas na bibliografia das matérias do Curso de Formação de Professores Primários nos primeiros anos do IE.

QUADRO 3 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – BIOLOGIA EDUCACIONAL

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Biologia educacional	J. P. Fontenelle	<p style="text-align: center;">Compêndios</p> <p>Almeida Junior – Anatomia e Fisiologia Humana;</p> <p>Dufestel – La croissance;</p> <p>Eikenberry e Waldron – Biologia Pedagógica;</p> <p>Fontenelle – Higiene;</p> <p>Godin - La croissance pendant l'Page scolaire.</p> <p>Johnson – Educacional Biology;</p> <p>Lafayette Pereira – Zoologia;</p> <p>Mello Leitão- Biologia Geral ;</p> <p>Pierantoni- Princípios de Biologia;</p> <p>Rita Amil – Biologia Geral;</p> <p>Werneck - Botânica e Zoologia;</p>
		<p style="text-align: center;">Livros de consulta e leitura</p> <p>Annuários diversos da National Society for the study of education.</p> <p>Fontenelle – O Método estatístico em Biologia e Educação;</p> <p>Grasset - Biologie Humane;</p> <p>Lourenço Filho - Introdução ao Estudo da Escola Nova;</p> <p>Lourenço Filho – Os testes A B C;</p> <p>Piéron – Psychologia Experimental;</p> <p>Sandiford – Educacional Psysichology;</p> <p>Sandiford – Mental and Physical Life of school children;</p>

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 4 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Filosofia da Educação	Anísio Teixeira	<p>Claparède, Ed. – Educação Funcional;</p> <p>De Hovre – Essai de philoshophie pédagogique;</p> <p>Dewey, J. - Como pensamos;</p> <p>Dewey, J. – Democracia e educação;</p> <p>Dewey, J. – Vida e educação;</p> <p>Horne, H.H. – The philoshopy of education;</p> <p>Kilpatrick, W – Source book in the Philosophy of education;</p> <p>Lourenço Filho – Introdução ao estudo da Escola Nova;</p> <p>Peixoto, Afranio – História da Educação;</p> <p>Teixeira, Anísio – Educação progressiva.</p>

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 5 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Psicologia Educacional	Lourenço Filho	<p style="text-align: center;"><u>Para a psicologia da infância:</u></p> <p>Boaventura, E. – Psicologia da edad juvenil; Gaupp, R. Psicologia del niño; Gonzales, A. Nacimiento y evolucion de la inteligencia.</p> <p style="text-align: center;"><u>Para psicologia da aprendizagem:</u></p> <p>Aguayo, A. M. – Pedagogia cientifica y direccion del aprendizaje; Aguayo, A. M. – Didatica da Escola Nova; Gates, A. I. – Psychology for students of education; Pyle, W. Psicologia del aprendizaje intelectual y manual.</p> <p style="text-align: center;"><u>Para a psicologia da diferencial:</u></p> <p>Claparède, Ed. Comment diagnostiquer les aptitudes chez les écoliers; Decroly e Buyse – A pratica dos testes mentais; Piéron, H. – Psicologia Experimental.</p>
		<p style="text-align: center;"><u>Para a psicologia da infância:</u></p> <p>Claparède, Ed.- Psychologie de l'Enfant; Claparède, Ed.- Educação Funcional; Fontenelle, J.P. - Higiene; Koffka, K. – Bases de la evolucion psíquica; Nerêo Sampaio – O desenho espontâneo; Pawlow, I. P. – Os reflexos condicionados; Piaget, J. – Le Language et la pensée chez l'enfant; Piéron, H. – Le developpement mental et l'intelligence.</p> <p style="text-align: center;"><u>Para psicologia da aprendizagem</u></p> <p>Dewey, J.- Como pensamos; Dewey, J.- Vida e Educação; Dewey, J.- Pedagogia y Filosofia; Faria de Vasconcelos – Lições de Pedagogia; Lourenço Filho – Introdução ao estudo da Escola Nova; Teixeira, A. – Educação progressiva.</p> <p style="text-align: center;"><u>Para a psicologia da diferencial:</u></p> <p>Binet-Simon – Teste para medida do desenvolvimento mental; Boll, M. – La personalité humaine; Fontenelle, J.P. – O método estatístico em Biologia e Educação; Lourenço Filho - Teste A B C; Piéron, H. – Le developpement mental et l'intelligence; Wallon, H. – Princípios de psicologia aplicada.</p>
		<p>Arlitt, A.H – Psychology of Infancy and early childhood; Brooks, F. – The psychology of adolescence; Hollingworth, L. – The psychology of subnormal; Jordan, A.M. – Educational psychology; Levine and Marks – Testing intelligence and achievement; Ogden, R. M – The child: his nature and his needs; Perrin and Klein – Psychology: its methods and principles; Piéron, H. Psicologia do comportamento; Poffenberger, A. T – Applied psychology; Ragsdale, C. Modern psychologies and education; Sandiford, P. Educacional psychology; Snedden, D –Vocacional education; Symonds, P. Measurement in secondary education; Thorndike and Gates – Elementary principles of education; Wallin, G. The educationof handicapped children.</p>

QUADRO 6 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - SOCIOLOGIA EDUCACIONAL

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Sociologia Educacional	C. Delgado de Carvalho	Devido à restrita literatura nacional sociológica, os professores se limitarão a artigos de revista de educação que tratam esporadicamente dos assuntos. Aconselha-se a confecção de fichas das melhores revistas

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 7 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

	Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
	História da Educação	Afrânio Peixoto	Utiliza como bibliografia uma apostila própria baseada de Monroe e Duggan, autores americanos.

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 8 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - DESENHO E ARTES INDUSTRIAIS

	Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
	Desenho e Artes Industriais	Fernando Nerêo Sampaio	O professor não apresenta bibliografia para disciplina.

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 9 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – LEITURA E LINGUAGEM

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Leitura e Linguagem	Elvira Nizynska da Silva	<p style="text-align: center;">Livros Textos</p> <p>Candido Figueiredo – Falar e escrever;</p> <p>Candido Figueiredo – Lições práticas;</p> <p>Eduardo Carlos Pereira – Gramática Explosiva;</p> <p>Maximino Maciel – Gramática Descritiva;</p> <p>Othoniel Motta – Lições de português.</p> <p>Rui Barbosa – réplica;</p> <p>Xavier Fernandes – Questões de língua pátria;</p>
		<p style="text-align: center;">Livros de Consulta</p> <p>A. Hamaïde – la méthode Decroly;</p> <p>Claparède – Comment diagnostiquer les aptitudes chez les enfants.</p> <p>Dottens et Margairaz –L’aprentissage de la lecture par lamethode globale;</p> <p>Felix Marti Alpera – Como se enseña el idioma;</p> <p>Felix Marti Alpera – Metodologia del lenguaje;</p> <p>Frederico Doreste – Metodologia de la lectura y escritura;</p> <p>Glaydys Lowe Anderson – Le lecture silencieuse;</p> <p>Lourenço Filho – Testes A B C;</p> <p>M. Aguayo – Pedagogia científica;</p> <p>Sampaio Doria – Educação;</p> <p>Victor Mercante – Metodologia de la enseñanza primaria;</p>

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 10 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - CÁLCULO

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Cálculo	Alfredina de Paiva e Souza	<p style="text-align: center;">Compendios ou Livro de Texto</p> <p>E. Backheuser e Puig – A Aritmética na Escola Nova;</p> <p>Hoeffler – Histori des Mathématiques;</p> <p>Jules Tannery – Leçons d'Arithmethique;</p> <p>Maximilien Marie – Histoire des Sciences Mathematiques et Physiques;</p> <p>M. Comas – Como se emseña la Aritmética y la Geometria;</p> <p>M. Comas – Metodologia de la ArithiméticaY de la Geometria;</p> <p>M. Comas – Aritmética; Wieleitner – Históri de la Matemática;</p> <p>Thiré, Mello e Souza, Roxo – Matemática (1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos).</p> <p>Thorndike – The new method in arithmetic;</p> <p>Thorndike – The Thorndike's Arithmetic;</p> <p>Rey Pastor e Puig Adam – Elemento de Aritmética;</p> <p>Wieleitner - História de la Matemática</p>
		<p style="text-align: center;">Livros de consultas</p> <p>A. M. Aguayo – Pedagogia Científica;</p> <p>Afranio Peixoto – Noções de historia da Educação;</p> <p>Cubberley – History of education;</p> <p>F.Sainz – El programa escolar;</p> <p>H. Rugg – Statisti methods applied to education;</p> <p>H. rugg and AnnSchmaker – The child-centered school;</p> <p>Isaias Alves – Testes e escalas;</p> <p>J. Herbert Blackhurst – Principles and methods of Junior High- school – matematics;</p> <p>John Dewey – The child and the curriculum;</p> <p>John Dewey – Como pensamos;</p> <p>John Dewey - El niño y el programa escolar;</p> <p>Lourenço Filho _ Introdução ao estudo da escola Nova;</p> <p>Maria Reis Campos – Escola moderna;</p> <p>Mc Call – How to measure in education;</p> <p>Monroe, De Voss and Kelly – Educacional tests and measurements ;</p> <p>Monroe and Streitz – Directing learning in the elementary school;</p> <p>Ruiz Amado – Historia de la education y de la pedagogia;</p> <p>Russel – Tests;</p> <p>Sampaio Doria – Educação.</p> <p>Thorndike – Pscyologia of aritmétic;</p> <p>W. H. Pyle - Psicologia del aprendizaje intelectual y manual;</p> <p>Wheat – Psychology of elementar school subjects;</p>

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 11 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – ESTUDOS SOCIAIS

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Estudos Sociais	Maria dos Reis Campos	<p style="text-align: center;">Bibliografia para os alunos</p> <p>Angles, Vicente V. - El material de enseñanza;</p> <p>Campos Maria dos Reis – Escola Moderna;</p> <p>Cereceda, J. Dantin – Como se enseña Geografia;</p> <p>Constituição da República dos estados Unidos do Brasil;</p> <p>Delgado de Carvalho – Metodologia do ensino Geográfico;</p> <p>Delgado de Carvalho – Sociologia educacional;</p> <p>Departamento de Educação – Programa de Ciências sociais;</p> <p>Durkheim, E. Educação e Sociologia;</p> <p>Guia oficial do tráfego;</p> <p>Lavisse, Monod, etc – La enseñanza de la Historia;</p> <p>Ministerio de Educação Inglês - Guias de Didacticas;</p> <p>Petersen y Piaget – La nueva educacion moral;</p> <p>Proença A. F – Como se ensina Geografia;</p> <p>Sainz, F – El programa escolar;</p> <p>Sajuan T. – Como se enseña la Historia;</p> <p>Sampaio Doria – moral e educação econômica;</p> <p>União Pan American – Série de Educação – nºs 16, 18 e 36;</p> <p>Verniers, L. – Metodologia de la Historia.</p>
		<p style="text-align: center;">Livros de Consulta para estudo comparativo e discussão</p> <p>Programa de Ciências Sociais do Departamento de Educação;</p> <p>Enciclopédia e Dicionário Internacional.</p> <p style="text-align: center;">Leituras recomendáveis para alargamento de cultura geral</p> <p>Claparède - Educação funcional;</p> <p>Cresson, A. – Situação atual dos problemas filosóficos;</p> <p>Dewey – Como pensamos;</p> <p>Dewey – Vida e educação;</p> <p>Kilpatrick – Educação para uma civilização em mudança;</p> <p>Lahr – Curso de Filosofia;</p> <p>Lourenço Filho – Introdução ao estado da Escola Nova;</p> <p>Nascimento, Alba C. – Pratica de Pedagogia Social;</p> <p>Peixoto, Afranio – Historia da Educação;</p> <p>Sampaio Doria – Educação;</p> <p>Serrano, J. e Venancio Filho – Cinema e Educação;</p> <p>Teixeira, Anísio – Educação Progressiva;</p> <p>União na-americana - Série Educação</p>

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 12 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 - CIÊNCIAS NATURAIS

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Ciências Naturais	Francisco Venâncio Filho	<p style="text-align: center;">Compêndios ou Livro de Texto</p> <p>Anna Comstock – Handbook of nature – Study 31 year-book da National Society for the study of Education .</p> <p>Clifford Wooddy – Valor educativo de ciência;</p> <p>Downing – Introduction to the teaching of Science;</p> <p>E. Devaud – L'enseigmentde la histoire naturelle à Pécole primaire;</p> <p>Faria de Vasconcollos – Didática das ciências naturais;</p> <p>Guias didáticasdo Ministério de Ed. Inglês(Matérias científicas e técnicas);</p> <p>Kerchensteiner – La enseñanza científico-natural;</p> <p>Modesto Bergalló – Como se enseñan las ciencias físico-químicas;</p> <p>Moysés de Araújo –Metodologia das ciências físicas e naturais;</p> <p>Paucout – Le rôledes sciences dans l'educationa;</p> <p>Réau L'enseignement des laçons de choses;</p> <p>Souché – Vade- mecum des laçons de choses;</p> <p>Trafton - The teaching of sciences em elementar school;</p> <p>V. Rasmussen – El estudo de la naturaleza em la escuela;</p> <p>Vitor Mercante – Metodologia de l'enseñaza primaria;</p>
		<p style="text-align: center;">Livros de Consulta</p> <p>Dicionário enciclopédico;</p> <p>Colecion moderna de conocimientos universales;</p> <p>Lands and people;</p> <p>A coleção de iniciações;</p> <p>Os volumes da Enciclopédia pela imagem;</p> <p>Os volumes da Biblioteca das maravilhas;</p> <p>Os compêndios das matérias fundamentais;</p> <p>Eisenmenger e Richard – Comment construire soi-même ses appareils scientifiques à Pécole primaire – F. Nathan;</p> <p>J. Rignault – L'enseignement experimental à pécole primaire – F. nathan; mme et Mr. Chantclair – Comment réaliser 250 experiences – F. Nathan;</p> <p>Vicente Walls – El material d'enseñanza – Ver. De Pedagogia;</p> <p>Edmundo Lozano – La enseñanza de las ciencias físico-química e naturales. Lectura;</p> <p>Desbry – Louret – Les experienses amanusantes – Libr. Des Annales; Vicente Walls – Cuadernos de trabajo – Física – Rev. De Pedagogia; Vicente Walls – Cuadernos de trabajo – Química – Rev. De Pedagogia; Vicente Walls – Cuadernos de trabajo –</p> <p>Actividades manuales– Rev. De Pedagogia;</p> <p>H. Coupé – Lectures scientifiques;</p> <p>A. Laurent – Les écrivains scientifiques;</p> <p>Edgard Sussekind de Mendonça e F. de Venâncio filho – Leituras de ciências físicas e naturais.</p> <p style="text-align: center;">Revistas</p> <p>Journal des Instituteurs et institutrices;</p> <p>Nature study review.</p> <p>Schola – Magazine;</p> <p>Science Education;</p>

QUADRO 13 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Música e Canto Orfeônico	Ceição de Barros Barreto	<p style="text-align: center;">Livros Textos</p> <p>A. Iavignac – La musique et les musiciens; Combarieu – Le chant choral; et Barret – L'orchestre enfantin; F. Lozano – Alegria das escolas; F. Lozano – Teoria da música; G. de Melho – História de musica brasileira; Gehee – People and music. H. Marechal – Histoire de l'Orphéon; J. Gomes Jr. – Aulas de manosolfa; J. Octaviano – Analise harmônica e noções de instrumentação; M. Andrade – História da música; Mursell Glenn – Psychology of scholl music teaching; Musical Notes; W. Damosch – Music apreciation;</p>
		<p style="text-align: center;">Livros de Consulta e Leitura</p> <p>Arquivos do I. de Educação - Estudo sobre o Hino Nacional; Closson – Estetique musicale; Combarieu – La musique, ses lois, son evolution; Delacroix - Psychologie de l'art; Farnsworth – Education through music; Gerhkens - Twentty lessons in conducting; Gerhkens – Musical termas; Giddings – high school musical; J. Dalcroze – Le rythme, la musique, son evolution; J. Dewey – Art as experience; J. Octaviano – Pontos de teoria musical; L. Gallt – Estude de Fol-lore; Lavignac – L'education musicale; M. Andrade – Ensaio sobre música brasileira; M. Lussy – Le rythme; Mc. Kinney – Discovering music; R. de Almeida – História da música brasileira; Rugg – The child centered school; Savard – Principes de la musique; Seashore – The psychology of musical talento; Surett and Mason – The apreciation of music; Swisher – Psychology for the music teacher; Trabalho de alunos da E.de Educação – Canta a América. Wooddell – Choir and chorus conducting;</p> <p style="text-align: center;">Leituras de Consulta para estudo comparativo e discussão</p> <p>A. Costa – Fundamentos do canto orfeônico; Bayard – L'art de reconnaitre les styles. G. Chavé – Methode; Hill – A conduct curriculum; O. Belvilacqua – Notas sobre história do canto do coral; R. Benedito – Como se ensina el canto y la musica; R. Delage – L'enseignement de la musique; S. Burdett - The music hour; Thorn – Music for youg children;</p>

Fonte: Acervo CEMEB/ISERJ

QUADRO 14 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – EDUCAÇÃO FÍSICA, RECREAÇÃO E JOGOS

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Educação Física, Recreação e Jogos	Os BaLois Marietta Williansrreto	<p align="center">Compêndios ou livros de texto</p> <p>Publicação do Departamento de Educação – Jogos infantis.</p> <p align="center">Livros de Consulta para estudo comparativo e discussão</p> <p>Boletins de Publicação da União Pan-American.</p> <p>Claparède – A Escola e Psicologia Experimental;</p> <p>Claparède – Educação Funcional;</p> <p>Claparède – Psicologia da criança e pedagogia experimental;</p> <p>Dewey – Vida e educação;</p> <p>Dewey – Como Pensamos;</p> <p>Edwin Kilpatrick - Los fundamentos del estudio del niño ;</p> <p>Fernando Azevedo – A Educação física;</p> <p>Geenem – Temperamento e caráter;</p> <p>Iago Pimentel – Noções de Psicologia;</p> <p>J. Gotteland – Hacia la educacion integra, física, intelectual y moral; Gaupp – Psicologia del niño;</p> <p>Lourenço Filho – Introdução ao Estudo da Escola Nova;</p> <p>Maria dos Reis Campos – Escola Moderna;</p> <p>Williams - The organization and administration of physical Education; Williams, Dambach and Shwendener – Methods in physicaleducation; Bowen and Mitchell – The theory of organized play;</p> <p>Williams - Principles of physical Education;</p>
		<p align="center">Leituras recomendáveis, para alargamento da cultura geral, ligadas direta ou indiretamente à matéria</p> <p>Celso Kelly - educação social;</p> <p>Delgado de Carvalho – Sociologia educacional;</p> <p>Ferrière – A Lei biogenética e a escola ativa;</p> <p>Fontenelle – Higiene;</p> <p>Mello Leitão – Biologia Geral.</p> <p>Octavio Domingues – Hereditariedade e educação;</p> <p>Rita amil – Biologia Geral;</p> <p align="center">Publicações</p> <p>Boletim de Educação Pública do Departamento de Educação;</p> <p>Revista de educação física;</p> <p>The journal of Health and Physical Education.</p>

QUADRO 15 - BIBLIOGRAFIA DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO DO IE - 1932-1937 – LITERATURA INFANTIL

Disciplina	Professor	Bibliografia (Títulos)
Literatura Infantil	Elvira Nizynska da Silva	<p style="text-align: center;">Livros de Texto</p> <p>Arthur Motta – história da literatura brasileira; Basílio de Magalhães – O folclore no Brasil; Gustavo Barroso – a ronda do século. Gustavo Barroso – ao som da viola; Ronald de Carvalho – Pequena história da literatura brasileira;</p> <p style="text-align: center;">Livros de Consulta para estudo comparativo e discussão</p> <p>Claparède – Psicologia del niño; Helena Antipoff – Ideais e interesses das crianças de Belo Horizonte; Marcel Braunschvid – (Revista do Brasil – Outubro 1992) – A literatura</p> <p style="text-align: center;">Literatura recomendáveis</p> <p>Binet – Les idées modernes sur les enfants; Claprède – Educação funcional; Dewey – Como pensamos; Kilpatrick – Educação para uma civilização em mudança; Piaget – Le langage et la pensée chez Penfant. Sampaio Dória – Educação;</p>

Acervo CEMEB/ISERJ

Ao analisar a bibliografia apontada no programa de Formação de Professores Primários, nos primeiros cinco anos da década de 1930, deparamos com a presença marcante de representantes do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Entre elas existem dez títulos que são de autores signatários, e essas mesmas obras aparecem 34 vezes em matérias diferentes; e em 9 das 14 disciplinas oferecidas, pelo menos aparece um título indicado que é da autoria de um intelectual signatário. A partir de dados tão representativos relacionados à Bibliografia do IE, é possível depreender que o acervo sugerido e adquirido como parte colaborativa na formação dos professores primários na década de 1930, refletia os ideais renovadores da educação. Logo, inferimos que os ideais reformadores estavam transcritos em muitas dessas literaturas adotadas na busca de obter resultados ainda mais contundentes no sistema educacional do Rio de Janeiro.

A presença de autores reformadores, tais como: Afrânio Peixoto, Antonio de Sampaio Dória, Anísio Spindola Teixeira, Manuel Bergstrom Lourenço Filho, E. C. Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Junior, J.P. Fontenelle, Francisco Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, todos signatários do Manifesto dos

Pioneiros, demonstram a força da influência e o anseio de se fazer uma educação renovada.

Nesse sentido, consideramos também que a base da formação dos professores primários naquele momento, como parte do projeto de modernizar os futuros profissionais da educação, retirava do centro, o velho padrão francês, que era à base da formação dos professores primários antes da Reforma. Títulos de diversos autores nacionais e estrangeiros começaram a ser adotados. Quanto aos títulos de autores brasileiros, embora ainda adotados em número pequeno, podemos inferir que estariam ligados ao processo de reconstrução nacional, defendido pelos reformistas.

Diante de nomes tão significativos já citados, destacamos aquele que foi para a biblioteca o que Fernando foi para a estrutura física da formação de professores, Lourenço Filho, que teve um papel bastante relevante para o que identificamos como o cerne da pesquisa. Através de fontes primárias citadas na pesquisa e outras fontes pesquisadas, podemos afirmar que houve nesse intelectual um grande empenho de formar um acervo novo que atendesse aos anseios da educação que se pretendia renovar.

Ainda sobre a importância da influência de Lourenço Filho a cerca da bibliografia para a formação de professores, é possível identificar entre alguns títulos citados, títulos que fazem parte da coleção Biblioteca da Educação, criada e divulgada por Lourenço Filho, dirigida principalmente à formação de professores primários, no sentido de propagar os ideais da escola nova. Inclusive, muitas dessas obras possuem prefácios do próprio Lourenço Filho. Segundo Oliveira (2016), os livros dessa coleção tinham o propósito de nortear a mentalidade do professor visando a Reforma.

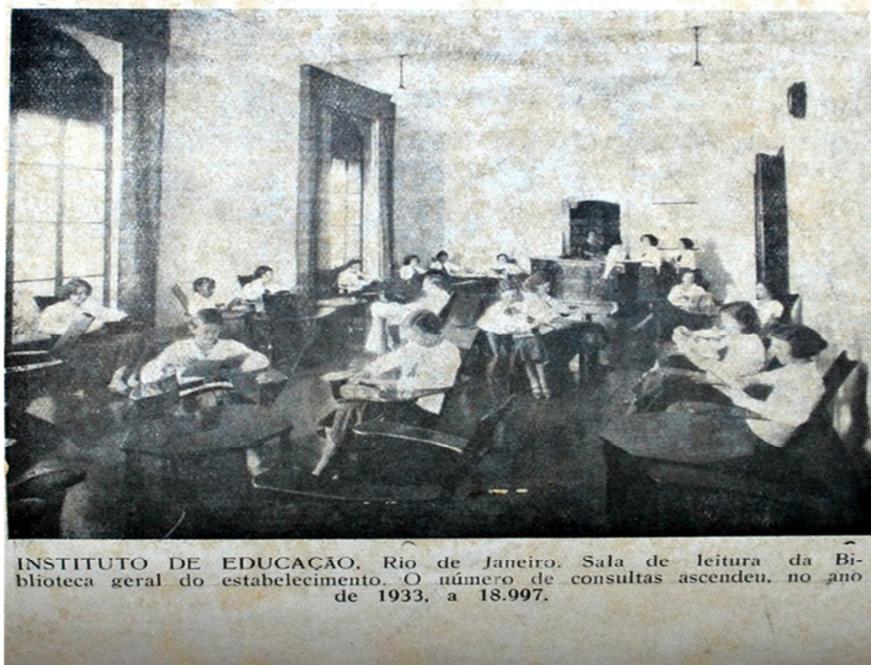
Sobre essa questão Oliveira (2016), afirma que:

Os livros publicados pela Coleção Biblioteca de Educação foram utilizados como manuais na formação de professores, além, com certeza, de nos mostrar qual concepção de Escola Nova Lourenço Filho propagou nos prefácios que foram por ele escritos e publicados na já citada Coleção. (Oliveira, 2016, p. 14).

Vidal (2001) destaca que o programa de formação docente desenvolvido pelo Instituto de Educação em que estão incluídas as atividades de observar, pesquisar e experimentar como práticas constitutivas no dia a dia dos atores do IE põem o livro e a leitura como objetos de destaque, possibilitando, assim, o desenvolvimento de práticas de leitura, formadoras de novos olhares para com o impresso e o ato de ler. Neste sentido, a Biblioteca do Instituto de Educação foi transformada em um instrumento auxiliar fundamental na formação desse novo profissional.

A importância do hábito de leitura foi trabalhada nas diversas etapas da formação escolar oferecidas pelo Instituto de Educação. Segundo o registro do Arquivo (1936), o livro tornou-se interesse permanente para realização de exercícios de linguagem, cálculo, conhecimentos, desenho e trabalhos manuais. O resultado de tão intenso interesse culminou com a construção de uma estante em sala de aula. Outro exemplo foi a do Curso complementar da Escola Secundária, que através da elaboração da dissertação em aula, exigia que o aluno, dentre outras etapas, também verificasse quais autores que pensaram sobre o seu tema. Há um trecho no periódico Arquivos do Instituto de Educação, que afirma aos alunos: “O que já pensaram será verificado especialmente nos livros. Devemos ler, ler sempre e, mais do que ler, termos o hábito de resumir o que lemos”. (ARQUIVOS, 1934, p.107).

FIGURA 5- ALUNAS NA SALA DE LEITURA DA BIBLIOTECA DO IE - 1933

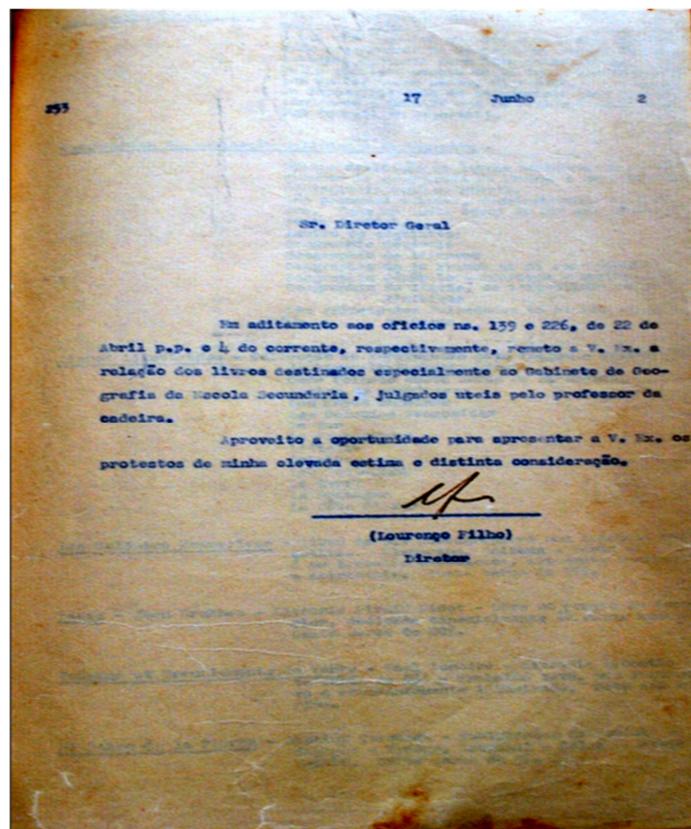


Fonte: Arquivos do Instituto de Educação, 1934 - CMEB/ISERJ.

Ao que se refere à seleção, aquisição e distribuição dos livros e qualquer publicação para as bibliotecas escolares, inclusive para as Bibliotecas do Instituto de Educação Teixeira (1934), afirma que estariam sob a responsabilidade da Divisão de Bibliotecas e Cinema Educativo. Outras responsabilidades que faziam parte da Divisão de Biblioteca eram as de estimular a cultura profissional e geral dos educadores, a generalização dos hábitos de leitura e estudo e a organização de bibliotecas escolares, seccionais e populares.

Cotejando as informações transmitidas por Anísio, relacionadas ao papel da Divisão de Bibliotecas, com informações contidas no *Livro dos Ofícios do Diretor 1932*, é possível perceber que nem sempre o trâmite para a aquisição de bibliografia seguia a hierarquia determinada, já que em alguns ofícios é possível verificar que o Diretor do IE solicita diretamente ao Diretor de Instrução Pública urgência para aquisição de alguns títulos. Conforme fica explícito no ofício a seguir:

FIGURA 6 - OFÍCIO N. 253 ENCAMINHADO AO DIRETOR GERAL



Fonte: Arquivos do Instituto de Educação - CMEB/ISERJ.

A quebra de hierarquia pode ser entendida pela ótica de que havia entre os reformistas, independente do papel que estivessem exercendo naquele momento no

espaço educacional, um esforço conjunto no sentido de ver a nova educação configurar-se.

Assim, entendemos que o acervo da Biblioteca no período subsequente à Reforma de Fernando Azevedo, seria uma resposta à essa política que se queria institucionalizar no período da era Vargas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo discutimos o papel da Biblioteca do Instituto de Educação da cidade do Rio de Janeiro na formação das normalistas na década de 1930, procurando compreender esse espaço como lugar de práticas de ensino, leitura e atualização de saberes. Tendo em vista o recorte temporal, tivemos o cuidado de mostrar a influência dos movimentos reformadores da educação na formação desse espaço, cuja interferência pôde ser analisada a partir dos Programas das disciplinas, Ofícios do diretor e Livros de registros.

No período do recorte da pesquisa, percebemos que a formação do acervo sofreu grande influência dos ideais reorganizadores da educação, assim como inferimos o interesse em moldar o grupo social que se pretende formar, através das aquisições para atender a bibliografia do curso.

Pela análise dos dados relativos aos itens bibliográficos constantes no acervo adquirido pelos reformadores, depreendemos que o que hoje denominamos Diretrizes Curriculares já estaria plasmado no projeto de reforma educacional.

Nesse sentido, respondemos às seguintes abordagens, que foram tratadas na introdução da pesquisa: Até que ponto o livro de aquisição retrata parte da memória da Biblioteca? Os registros nele representados exerceram sobre o seu público apenas o poder estimulador e disseminador de conhecimento? A memória da Biblioteca pode ser configurada independentemente do conhecimento difundido por sua coleção ao longo de sua existência?

Diante desses questionamentos, pudemos concluir que a decisão quanto à aquisição de um item para compor um acervo, especialmente um acervo que atenderá a um grupo social, que posteriormente poderá ser formador de opinião, não será selecionado imparcialmente. Há em sua escolha todo o interesse em propagar

uma verdade pré-concebida. Nesse sentido, o livro de registro, traz ao presente um momento que pode ser avaliado como um divisor de águas para a educação carioca, pois através dele, é possível perceber a transição da quase supremacia dos livros em francês, dando espaço para uma literatura nacional e de outras línguas.

Para que pudéssemos confirmar o nosso escopo, necessitamos primeiro conhecer o espaço onde ele atualmente está inserido, ou seja, o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, local onde essa Biblioteca está instalada e cumpre o seu papel há 137 anos: o de gerar formadores de opinião para atuarem na sociedade.

No segundo momento, procuramos apresentar a Biblioteca, de início mostrando um breve panorama geral dessa instituição no Brasil, para depois chegarmos à Biblioteca criada para atender ao público alvo da formação de professores no Rio de Janeiro, procurando destacar suas mudanças no decorrer de sua existência, até atingir a posição de agente colaboradora na formação de leitores educadores.

Depois, destacamos o papel de fio condutor entre o ontem e o hoje do Centro de Memória, que através de seu trabalho busca dar visibilidade a esse acervo, que foi formado por uma elite de intelectuais disposta a realizar a transição de uma educação tradicional, para uma educação mais democrática. A criação desse espaço se dá pela necessidade de se criar um lugar de memória em que através dos fragmentos de um grupo social lá salvaguardado, pudéssemos trazer a memória uma história de mais de um século.

Finalmente, abordamos a influência dos ideais reformadores, destacando principalmente a figura de Lourenço Filho na evolução do acervo da Biblioteca do IE; através de seu cargo de diretor da Instituição, utilizou-se de sua posição, para, através do acervo, propagar entre o seu público alvo os ideais escolanovistas.

Assim sendo, podemos inferir que a contribuição da Biblioteca do Instituto de Educação, especialmente em um período tão singular, como foi a década de 1930, para a educação, cumpriu sua atribuição de auxiliar não apenas no processo de ensino-aprendizagem, mas, sobretudo, no que tange a transmissão dos ideais de uma educação nova.

REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. A Escola Normal, o Instituto de Educação e a Universidade: pensando a história da instituição escolar. In: **As instituições escolares e a formação docente: um destaque histórico do Rio de Janeiro, do Norte e Noroeste Fluminense**. Curitiba, PR: CRV, 2011, p. 15-32.

_____. A Escola Normal, o Instituto de Educação e a Universidade. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/21. Acesso em 25/03/2017.

_____. Formando o professor primário: a escola normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos-pdf/Liete_Oliveira_Accacio_artigo.pdf. Acesso em 29/11/2015.

_____. Da Escola Normal ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro: uma instituição docente e seu processo histórico de formação do professor. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; SILVA, Alexandra Lima da; SILVA Marcelo Gomes da. (Org.). **Outros tempos, outras Escolas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014.

ANDREOTTI, Azilde Lina. A administração escolar na Era Vargas e no Nacional desenvolvimentismo (1930-1964). Campinas. **Revista HISTEDBR On-line**. n. especial, 2006. p. 102–123. Disponível em: <<http://histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e.pdf>>. Acessado em 15/09/2016.

ARQUIVOS do Instituto de Educação. Distrito Federal, R.J: Instituto de Educação; Secretaria Geral de Educação e Cultura; Prefeitura do Distrito Federal-Brasil, Vol. 2 n. 1, p. 24/25, Dez. 1945.

ARQUIVOS do Instituto de Educação. Distrito Federal, R.J: Instituto de Educação; Secretaria Geral de Educação e Cultura; Prefeitura do Distrito Federal-Brasil, Vol.1n.3, Dez. 1945.p. 271-362

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, 1958. t. 2 (Obras completas Fernando de Azevedo, v. XIII).

_____. Novos Caminhos e Novos Fins: A Nova Política de Educação no Brasil; Subsídios para uma História de Quatro Anos. 3 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1958.

_____. A Reforma do Ensino no Distrito Federal: discursos e entrevistas. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

_____. **A transmissão da cultura**: parte terceira da 5.^a edição da obra “A cultura brasileira”, São Paulo, Melhoramentos; Brasília, INL, 1976.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das Bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

BOLETIM de EDUCAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro: Diretoria da Instrução Pública do Distrito Federal, 1930-?. Trimestral.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Rev.Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina, v.2, n.1(3), jan-jul. 2005. Disponível em: <http://WWW.emtese.ufsc.br>. Acesso em 23/06/2016.

BRASIL. Decreto 10060, de 13 de outubro de 1888. Regulamento da Escola Normal do Município.

_____. Decreto nº 6.379, de 30-11-1876. Cria, no município da corte, duas Escolas Normais primárias. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1876-11-30,6379>>. [Acessado em:25/10/2015.](#)

_____. Decreto nº 7684, de 06 de marco de 1880. Cria no município da Corte uma Escola Norma primaria. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7684-6-marco-1880-546874-publicacaooriginal-61438-pe.html>>. Acesso em:23/10/2015.

_____. Lei nº 85, DE 20 DE SETEMBRO DE 1892.Estabelece a organização municipal do Distrito Federal. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg>>. Acessada em: 14/04/2016.

CENTRO de Memória Institucional – CEMI ISERJ. Rio de Janeiro, ISERJ, 200-(Acervo CMEB).

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. Anísio Teixeira, uma “visão” do futuro. Estudos avançados, São Paulo, May/Aug. 2001, v.15, n.42. p. 241-258. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttex&pid=so103>. Acessada em 13/04/2016.

DISTRITO FEDERAL (RJ). Prefeitura do Distrito Federal. Directoria Geral de Instrução Publica. Decreto n.3810, de 19 de março de 1932. Regula a formação tecnica de professores primários, secundários e especializados para o Distrito Federal, com a prévia exigência do curso secundário, e transforma em Instituto de Educação a antiga Escola Normal, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1932.

DISTRITO FEDERAL (RJ). Prefeitura do Distrito Federal. Decreto n.5513, de 4 de abril de 1935. Institui na Cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1938.

ENÉAS, Zilá Simas. Era uma vez no Instituto de Educação. Rio de Janeiro: Zilá SimasEnéas,1998.

A ERA Vargas: dos anos 20 a 1945: anos de incertezas (1930-1937). Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/A Era Vargas1/anos30-37](http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/A%20Era%20Vargas1/anos30-37)>. Acesso em: 21/05/2016.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 27/05/2016.

GODOY, Rosani Parada. **Processo de formação do acervo da Biblioteca da Academia Imperial de Belas Artes e seu uso como material didático (1834-1857)**. 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HOBBSAWM, Erick; RANGER, Terence (ORG.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. (Pensamento Crítico, v. 55). Disponível em: <<http://docslide.com.br/>>. Acessado em: 22/03/2016.

IFLA (2000). **Manifesto da Biblioteca Escolar da UNESCO**. Disponível em:<<http://archive.ifla.org/vii/s11/pubs/school-guidelines>>. Acessado em: 25 /01/2016.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. São Paulo. **Rev. Brasileira de História e Educação**. v.1, n.1, 2001. p.1-35. Disponível em:<<http://rbhe.sbhe.org.br>>. Acessado em: 15/03/2016.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. **De Bibliotecas e biblioteconomias**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2015.

LOPES, Sonia de Castro. **Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso em: 02/05/2016.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

NAMER, Gérard. **Mémoire et société**. Paris: MéridiensKlincksieck, 1987.

_____. **As instituições de memória cultural: livro II**. Tradução livre de IcléiaThiesen. Rio de Janeiro, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v.10, p.7-28, dez.1993. Disponível em: <<http://www.revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 25/09/2015.

OLIVEIRA, Priscila Marília. **Lourenço Filho e a coleção Biblioteca de Educação: uma análise dos prefácios escritos por esse educador**. 2015. 123 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://https://repositorio.ufscar.br>. Acesso em: 07/04/2017.

PROJETO Centro de Memória Institucional (CEMI) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 20---. (Acervo CMEB).

QUIVY; Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. **Manual de investigação em ciências sociais**. Portugal: Gradiva, 1995.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução de Tarcísio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

REVOLUÇÃO DE 1930. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revolucao1930/acervo>>. Acesso em: 04/04/2016.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto 24.338 de 03 de junho de 1998. Transforma sem aumento de despesa, o Instituto de Educação do Rio de Janeiro em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>>. Acesso em: 29/04/2016.

_____. Decreto 23.482 de 10-09-1997. Transfere o Instituto de Educação do Rio de Janeiro do âmbito da Secretaria de estado de Educação para a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro FAETEC. Disponível em: <<http://govrj.jusbrasil.com.br/legislacao/153556/decreto-23482-97>>. Acesso em: 18/03/2016.

_____. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Rio de Janeiro, 2012. (Acervo ISERJ).

_____. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. **Projeto Centro de Memória Institucional (CEMI) do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, [20--]. (Acervo CMEB).

_____. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. **Memória Institucional: CEMI/ISERJ**. Rio de Janeiro, [20--]. (Acervo CMEB).

_____. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. **Regulamento Centro de Memória da educação Brasileira: CMEB/ISERJ**. Rio de Janeiro, 2012. (Acervo CMEB).

_____. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. **Plano de Gestão 2015/2017**. Rio de Janeiro, [201-]. (Acervo ISERJ).

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. **Centro de Memória Institucional: descoberta de novas fontes nos arquivos escolares do Instituto superior de Educação do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2012,

SANTOS, Sandra Regina Pinto dos; LIMA, Denise Calasans da Gama; LADEIRA, Monica de Queiroz. **Patrimônio ISERJ: território vivo**. Rio de Janeiro, 2012, n.10, p.3-13.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria B.; COSTA, Maria R. **Tempos de Capanema**. 2. ed. São Paulo: F.G.V; Paz e Terra, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade: uma introdução as teorias dos currículos**. 3.ed. Autêntica, 2010.

SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvelloda. **O surgimento da disciplina educação comparada no Instituto de Educação em 1932: a sutileza de seu projeto**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

SMIT, Johanna W. A informação na Ciência da Informação. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/48655/52726>>. Acesso em: 06/06/2016.

_____. *O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3marias*. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/2163>>. Acesso em: 06/07/2016.

TEIXEIRA, Anísio. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espinola-teixeira>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

_____. **Systema Escolar do Rio de Janeiro (D.F.)**: relatório de um anno de administração, Boletim de Educação Pública, Rio de Janeiro; v.2, n.3-4 .1932. Separata.

_____. **Relatório do Diretor Geral do Departamento de Educação**, Boletim de Educação Pública, Rio de Janeiro; v.4, n.11-12, jul-dez. 1934. Separata.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://www.tede-dep.ibict.br/tde_arquivos/1/TDE-2008-02-15T15:39:41Z-24/Publico/icleiacosta1997.pdf>. Acesso em: 22/04/2016.

_____. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 312 p.

_____. **Memória institucional do IBGE**: um estudo exploratório-metodológico. 1992. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Museus, arquivos e Bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção de conhecimento. In: MAST. **Museu e museologia interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 61-80.

UEKANE, Marina Natsume. **Ensinar a ensinar**: um estudo acerca da formação de professores para o Ensino Fundamental (1876 -1880). Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos>>. Acesso em: 21/10/2015.

_____. **Saberes prescritos a profissionalização dos professores**: um estudo acerca da epsteme da Escola Normal da Corte. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos>>. Acesso em 09/04/2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). Bragança paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001. (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia).

WERNECK, Carlos L. O ensino de História Natural na Escola Secundária. **Aquivos do Instituto de Educação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 155-160, jun. 1936.